

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

JOSÉ INÁCIO DA SILVA JÚNIOR

**GEOGRAFIAS DA FOME:
UMA ANÁLISE QUALITATIVA DAS “FOMES” DAS JUVENTUDES BRASILEIRAS**

Porto Alegre
2024

JOSÉ INÁCIO DA SILVA JÚNIOR

**GEOGRAFIAS DA FOME:
UMA ANÁLISE QUALITATIVA DAS “FOMES” DAS JUVENTUDES BRASILEIRAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Geografia, no Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Victor Hugo Nedel Oliveira

Porto Alegre
2024

CIP - Catalogação na Publicação

Júnior, José Inácio da Silva
GEOGRAFIAS DA FOME: UMA ANÁLISE QUALITATIVA DAS
"FOMES" DAS JUVENTUDES BRASILEIRAS / José Inácio da
Silva Júnior. -- 2024.
93 f.
Orientadora: Victor Hugo Nedel Oliveira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Geociências, Licenciatura em Geografia, Porto
Alegre, BR-RS, 2024.

1. Geografia da Fome. 2. Juventudes Periféricas. 3.
Insegurança Alimentar e Nutricional. 4. Educação
Geográfica. 5. Cotidiano. I. Oliveira, Victor Hugo
Nedel, orient. II. Título.

JOSÉ INÁCIO DA SILVA JÚNIOR

**GEOGRAFIAS DA FOME:
UMA ANÁLISE QUALITATIVA DAS “FOMES” DAS JUVENTUDES BRASILEIRAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciada em Geografia,
no Instituto de Geociências da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Victor Hugo Nedel Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Profa. Dra. Cláudia Luísa Zeferino Pires
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Profa. Dra. Michele Lindner
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

[o original encontra-se assinado]

Porto Alegre
2024

À minha mãe Juraci, ou melhor,
Dona Chica!
Minha luz!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a minha mãe, Juraci. Sem você não teria chegado até aqui. Grande parte da nossa jornada sempre fomos só nós dois, me lembro com muito carinho da senhora me arrumando para escola, apontando meus lápis e me avisando que minha letra tinha que melhorar, neste último quesito fico devendo. É uma honra ser seu filho! Espero ter 10% da sua força, da sua garra. Sempre comento que você é minha referência maior, sempre fez questão de priorizar meus estudos até mesmo nos momentos que parecia impossível, mas essa palavra parece que não faz parte do seu repertório. Me lembro que durante o Ensino Médio tínhamos que acordar às 05:30, a senhora para o trabalho e eu para escola e, ao final do dia, nos encontrávamos em casa para tomar chimarrão e conversar sobre como tinha sido o nosso dia, e foi num destes momentos que descobrimos o que era a tal de UFRGS, e como sempre, a senhora sonhou por mim. Não foi nada fácil, mas conseguimos. E foi no seu olhar, nos momentos mais difíceis e nos mais alegres, que sempre enxerguei o amor que a senhora sente por mim. Muito obrigado. Te amo incondicionalmente.

Muito obrigado aos meus irmãos, Andréia e Tiago, parte desta jornada compartilho com vocês. Obrigado, mana e Rafael, por me presentear com minha linda sobrinha e afilhada Rafaella. Obrigado, mano e Kelly, por me darem a felicidade de ser tio e dindo da Kamilly e da Laura. Amo muito vocês.

Agradeço imensamente aos meus tios e, em especial, a minha tia Margarida por ter me recebido em sua casa durante o vestibular e me acompanhar durante os quatro dias de prova no verão de Porto Alegre.

Aos meus primos Eliseu e Lara e a minha prima Débora que sempre será meu exemplo de persistência.

Tive a sorte de ter grandes amigos. Obrigado, Verônica, a minha grande amiga que conheci durante o quinto ano do fundamental, me recordo das nossas risadas soltas pela escola. Obrigado por compactuar com minhas ideias malucas, vivemos muitos momentos juntos, os quais guardarei com muito carinho.

A minha amiga Vitória, companheira de curso e profissão, que sempre sabe o que dizer quando não estou bem, “Vamos no shopping?”. Seus abraços e conselhos são fundamentais para prosseguir e enfrentar cada desafio.

A minha amiga e primeira companheira de casa em Porto Alegre, Carol, obrigado por me receber e me apresentar as músicas do Jão.

Ao meu amigo Grecco, que passamos horas olhando performances de nossas divas do pop. E ao meu colega e amigo Rafael, meu companheiro nos estágios. Amo muito vocês.

Aos meus amigos que fiz durante a graduação Brenda, Daniel, Gabrielly, Gabriela, Gabrielle, Hélen, Letícia, Lucas e Ricardo. Aos meus amigos que fiz na casa de estudante Cláudio, Gustavo, José Fernandes, Lavínia e Verônica. Aos meus amigos pelas escolas nas quais trabalhei, Bruna, Giulia, Laura Lima, Laura Tambosi, Karina e Mariana. Obrigado pelas conversas, troca de experiências e a amizade de vocês.

Ao meu amor, Hecthor, agradeço aos momentos que vivemos e aos outros muitos que estão por vir. *All along there was some Invisible string. Tying you to me?* Sim. Te amo.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS; às Ações Afirmativas; ao Programa de Assistência Estudantil, oportunizando uma educação de qualidade.

Aos espaços que passei durante a Graduação EMEF São Pedro, EEEF Luciana de Abreu, Quilombo do Areal, EEEF Professor Edgar Luiz Schneider, Colégio Estadual Protásio Alves e o Colégio Estadual Paula Soares, onde tive oportunidade de enriquecer a minha formação e foi a partir das inquietações que emergiram destes espaços que surgiu esta pesquisa.

Agradeço imensamente a Casa de Estudantes Juc-7, foi meu porto seguro em Porto Alegre, sem esta casa não teria como permanecer aqui. Muito obrigado aos antigos e atuais moradores sócios dessa instituição.

Agradeço aos meus professores desde da Educação Básica até o Ensino Superior, Margarete, Ravyne, Rory, Paulo Mossmann, Leopoldo, Paulo Soares, Cláudia, Roselane, Aline, Denise e Élide, inspirações para seguir em frente. E, em especial, ao Professor Victor, que aceitou me orientar neste trabalho, agradeço as reflexões, questionamentos, oportunidades e aprendizagem.

Obrigado a todos alunos e alunas que tive oportunidade de encontrar durante minha formação, aprendi muito com vocês. Contem comigo e sonhem alto.

“Eu não quero mais pouco,
Quero voar”

Liniker

RESUMO

A fome configura-se como um fenômeno social que tem dimensão política, econômica e espacial. E com o desmonte e descumprimento da Agenda Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional observada desde 2016 até 2022, o Brasil volta a reintegrar o Mapa da Fome da FAO. São mais de 125 milhões de brasileiros inseridos em algum grau de insegurança alimentar, sendo assim, a população em vulnerabilidade social e alimentar buscam maneiras de suprir essa necessidade básica. Dessa forma, buscam apoio nas escolas públicas devido ao fato dessas instituições serem pontos de referência para diversos serviços e ações que caberiam a outros setores. Além disso, a fome caracteriza-se como um estigma para os jovens influenciando seu modo de vida. Entretanto, são juventudes específicas que convivem com a insegurança alimentar. E, é neste momento em que entra ação dos professores e, principalmente, da Educação Geográfica em proporcionar um espaço seguro ao diálogo e ao combate aos estigmas direcionados aos jovens em situação de vulnerabilidade. Dessa maneira, o objetivo geral da pesquisa foi analisar quem são os jovens brasileiros e suas vivências enquanto inseridos em situação de insegurança alimentar. E os seguintes objetivos específicos: a) Levantar dados teóricos em documentos e produção acadêmica, sobre as vivências das juventudes que passam fome no Brasil; b) Verificar as percepções de pesquisadores (as) das juventudes que trabalham a temática da periferia, sobre a questão das juventudes que passam fome e; c) Apresentar pistas pedagógicas para a discussão sobre as Geografias da fome das juventudes em sala de aula. O referencial teórico compreende três eixos: I) Juventudes; II) Geografia da Fome; e III) Educação Geográfica. Para atingir os objetivos foram realizados diferentes procedimentos metodológicos, com levantamento teórico e documental acerca da temática; uso de entrevistas semi estruturadas através de especialistas da área de Juventudes e com os devidos cuidados éticos, os participantes assinaram Termos de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE); e a criação de caminhos pedagógicos para abordar a temática da fome dentro de sala de aula. Em relação a análise de dados foi utilizada análise de conteúdo, A análise documental permitiu compreender a dimensão da fome no cenário brasileiro, principalmente, voltado aos jovens. Em relação ao estado do conhecimento demonstrou-se que é baixo o número de trabalhos ao que a pesquisa se propõe dentro do campo de juventudes. E por meio das entrevistas podemos conhecer o perfil dos jovens em vulnerabilidade social e alimentar, neste caso, os de periferias. Além disso, constatou-se que estes jovens se inserem no trabalho informal como medida de afastamento da fome, mas que não lhe garantem que estejam fora da insegurança nutricional, e também, lidam com estigmas que acabam refletindo no modo de vida destes sujeitos. Esse debate em relação aos jovens em insegurança alimentar coloca a urgência de abordar a temática dentro da escola e, principalmente, nas aulas de Geografia.

Palavras-chave: Geografia da Fome; Juventudes Periféricas; Insegurança Alimentar e Nutricional; Educação Geográfica; Cotidiano.

ABSTRACT

Hunger is a social phenomenon that has political, economic and spatial dimensions. And with the dismantling and non-compliance with the National Food and Nutrition Security Agenda observed from 2016 to 2022, Brazil is once again reinstating the FAO Hunger Map. There are more than 125 million Brazilians experiencing some degree of food insecurity, therefore, the socially and food vulnerable population seeks ways to meet this basic need. Therefore, they seek support in public schools due to the fact that these institutions are points of reference for various services and actions that would be the responsibility of other sectors. Furthermore, hunger is characterized as a stigma for young people, influencing their way of life. However, there are specific young people who live with food insecurity. And, it is at this moment that teachers and, mainly, Geographic Education come into action to provide a safe space for dialogue and combating stigmas directed at young people in vulnerable situations. Thus, the general objective of the research was to analyze who young Brazilians are and their experiences while living in a situation of food insecurity. And the following specific objectives: a) Collect theoretical data in documents and academic production, about the experiences of young people who suffer from hunger in Brazil; b) Verify the perceptions of youth researchers who work on peripheral issues, on the issue of youth who suffer from hunger and; c) Present pedagogical clues for discussing the Geographies of youth hunger in the classroom. The theoretical framework comprises three axes: I) Youth; II) Geography of Hunger; and III) Geographic Education. To achieve the objectives, different methodological procedures were carried out, with theoretical and documentary research on the topic; use of semi-structured interviews with specialists in the Youth area and with due ethical care, participants signed Terms of Free and Informed Commitment (TCLE); and the creation of pedagogical paths to address the issue of hunger within the classroom. In relation to data analysis, content analysis was used. Document analysis allowed understanding the dimension of hunger in the Brazilian scenario, mainly aimed at young people. In relation to the state of knowledge, it was demonstrated that there is no significant work on what the research proposes within the field of youth. And through interviews we can learn about the profile of young people in social and nutritional vulnerability, in this case, those from peripheral areas. Furthermore, it was found that these young people engage in informal work as a measure to avoid hunger, but this does not guarantee that they are free from nutritional insecurity, and they also deal with stigmas that end up reflecting on the way of life of these individuals. This debate regarding young people experiencing food insecurity raises the urgency of addressing the issue within schools and, mainly, in Geography classes.

Keywords: Geography of Hunger; Peripheral Youth; Food and Nutritional Insecurity; Geographic Education; Daily.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Breve relação de ações políticas para Agenda de Segurança Alimentar e Nutricional.	19
Quadro 2 - Relação de documentos e fonte.	35
Quadro 3 - Modelo de extração de dados.....	36
Quadro 4 - Correlação entre objetivos e procedimentos metodológicos.....	41
Quadro 5 - Classificação e pontos de corte da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar de oito itens, EBIA. VigiSAN Inquérito SA/IA – Covid-19, Brasil, 2020.....	45
Quadro 6 - Título do Trabalho, Autoria, Orientação, Curso e Ano de Publicação dos Trabalhos de Conclusão de Curso selecionados	55
Quadro 7 - Relação de Trabalho, Objetivo e nº de ocorrências de termos relacionados a “juventudes”	57
Quadro 8 - Competências e Habilidades para trabalhar a problemática da fome em sala de aula.	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição total de moradores, segundo o nível de Segurança/Insegurança Alimentar no país, grandes regiões e localização dos domicílios (urbanos e rurais) e a presença juvenil (15 à 29 anos) nestas localidades.	47
Tabela 2 - Renda domiciliar per capita mensal	48
Tabela 3 - Distribuição proporcional de programas sociais acessados pelo(a) responsável pelo domicílio.	49
Tabela 4 - Distribuição do número dos moradores (por mil habitantes) por condição de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar. Brasil e localização dos domicílios (urbana e rural). II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022. 51	
Tabela 5 - Distribuição percentual da condição de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar nos domicílios, segundo a presença de moradores em diferentes faixas de idade, Brasil. II VIGISAN-SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022. 53	

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Nuvem de palavras com Palavras-chave dos trabalhos selecionados56

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Da presença de moradores por faixa etária.....	45
Gráfico 2 - Distribuição percentual dos níveis de Segurança/Insegurança Alimentar segundo as categorias de renda familiar mensal per capita.....	49
Gráfico 3 - Distribuição percentual dos níveis de Segurança/Insegurança Alimentar segundo as categorias de renda familiar mensal per capita.....	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BSM	Brasil Sem Miséria
CEP/CONEP	Comitê de ética em Pesquisa/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa em Seres Humanos
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
EJUVE	Estatuto da Juventude
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IA	Insegurança Alimentar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NESAN	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança Alimentar e Nutricional
ONU	Organização das Nações Unidas
OPSAN	Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PENSE	Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar
PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNMC	Plano Nacional sobre Mudança do Clima
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
PSE	Programa Saúde nas Escolas
RS	Rio Grande do Sul

SA	Segurança Alimentar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SMPC	Salário Mínimo Per Capita
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UnB	Universidade de Brasília
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
USP	Universidade de São Paulo
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	19
1.1 SOBRE A TEMÁTICA	19
1.2 SOBRE A TRAJETÓRIA PESSOAL ATÉ A PRESENTE PESQUISA.....	23
1.3 JUSTIFICATIVAS.....	25
1.4 ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO	26
2. REFERENCIAL TEÓRICO	27
2.1. JUVENTUDES	27
2.2 GEOGRAFIA DA FOME	29
2.3 EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA	32
3. METODOLOGIA	34
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	34
3.2 FORMAS DE PRODUÇÃO DE DADOS	34
3.2.1 Levantamentos Teóricos.....	34
3.2.1.1 Pesquisa Documental	34
3.2.1.2 Estado do Conhecimento.....	36
3.2.2 Entrevista com especialistas.....	38
3.2.3 Caminhos Pedagógicos	39
3.3 ANÁLISE DOS DADOS.....	40
3.4 CUIDADOS ÉTICOS	40
3.5 CORRELAÇÃO ENTRE OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS	41
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	42
4.1 DOCUMENTOS	42
4.2 ESTADO DO CONHECIMENTO	54
4.3 ENTREVISTAS	61
4.3.1 Dos Jovens em Insegurança Alimentar	61
4.3.2 A fome no campo das Juventudes	64
4.3.3 Jovens em situação de rua	65
4.3.4 Da representatividade de Jovens em Situação de Insegurança Alimentar	66
4.3.5 Do acesso limitado às estratégias/táticas juvenis.....	67
4.3.6 Do estigma a formação de identidade juvenil.....	69
4.3.7 Prospectiva para superação das barreiras da insegurança alimentar	71
4.4 CAMINHOS PEDAGÓGICOS	73
5. CONCLUSÕES PARA PROSSEGUIR	78

REFERÊNCIAS	83
APÊNDICE A - ENTREVISTA ESTRUTURADA.....	91
ANEXO A - TCLE	92

1. INTRODUÇÃO

1.1 SOBRE A TEMÁTICA

O que leva o Brasil em quase uma década de trabalho para fora do Mapa da Fome da ONU e em poucos anos o retorno do país ao mapa¹? Para compreender este movimento lembraremos o que foi dito por Josué de Castro (1964) compreender a fome somente como um problema social é um engano, devemos compreender sua dimensão política.

Para construção do deste trabalho foram analisados dados de 2002 até 2022, visto que representa um período de diversas mudanças no que desrespeita a Agenda de Segurança Alimentar e Nutricional em âmbito nacional. Para compreensão destes 20 anos analisados, a seguir, estão listadas as principais mudanças em relação a questão política no que tange Alimentação e Nutrição, a formulação de seguinte tabela tem como base as informações disponibilizadas pelo trabalho realizado pela Universidade São Paulo - USP, *Da Fome à Fome - Diálogos com Josué de Castro*². Tais mudanças foram agrupadas em três grandes momentos; de 2002 a agosto de 2016, que corresponde ao primeiro mandato do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e até o momento em a Ex-Presidenta Dilma Rousseff fosse com golpe político e é destituída do cargo; o segundo momento corresponde a 2016 (Agosto) até 2018, correspondendo ao mandato do Ex-Presidente da República Michel Temer; e o terceiro e último momento corresponde a Gestão do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro e ao período de pandemia por Coronavírus.

Quadro 1 - Breve relação de ações políticas para Agenda de Segurança Alimentar e Nutricional.

2003	Recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).
	Lançamento do Programa Fome Zero e Programa Cartão Alimentação.
	A Lei 10.699 cria o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
2004	Realização da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
	Criação do Programa Bolsa Família.
2006	Lançamento da primeira edição do Guia alimentar para População Brasileira.

¹ Agência Senado. Retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU preocupa senadores e estudiosos
Fonte: Agência Senado.

² COMBATE À FOME: 75 ANOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS, USP. Disponível em: <<https://geografiadafome.fsp.usp.br/combate-a-fome-75-anos-de-politicas-publicas/>>.

2007	Decreto 6.273 cria a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan).
	Lançamento do Programa Saúde na Escola (PSE).
	Realização da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
2008	Lançamento do Programa Mais Alimentos.
2009	Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (Pense).
	A Lei 12.187 institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).
	A Lei 11.947, que regulamenta a compra dos alimentos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.
2010	Inserção da alimentação como direito social no artigo 6º da Constituição.
	Decreto 7.272, que institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
2011	Realização da IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
	Lançamento do Plano Brasil sem Miséria (BSM).
2012	Lançamento da ação Brasil Carinhoso, a fim de garantir atenção integral à população infantojuvenil.
2013	Resolução nº26 pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com ratificação do profissional nutricionista como responsável técnico pelas ações de alimentação escolar no PNAE.
2014	O Brasil sai do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas, condição alcançada quando menos de 5% da população se encontra em situação de insegurança alimentar grave.
	Publicação da Lei 12.282 para garantia da alimentação adequada aos alunos com necessidades alimentares específicas.
2015	Realização da V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
2016	Aprovação da PEC 241 pelo Senado Federal, que impõe um teto de gastos públicos pelos próximos vinte anos.
2018	Uma inflexão nos patamares de segurança alimentar foi captada pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018. A pesquisa utilizou a Ebia e identificou que 36,7% dos brasileiros se encontravam em insegurança alimentar grave, e outros 63,3% conviviam com algum grau de insegurança alimentar.
2019	Extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) pela Medida Provisória 870.
2020	Auxílio Emergencial é criado pela Lei 13.982, com o objetivo de mitigar os impactos econômicos causados pela pandemia por Covid-19 no Brasil.
	Publicação da Lei 13.987 e da Resolução nº2 (FNDE) para autorização da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE aos pais e responsáveis dos alunos durante o período de suspensão das aulas pela pandemia de Covid-19.
2021	Apresentação, pelo governo federal, da Medida Provisória (MP) 1.061, que extingue o Programa Bolsa Família, após dezoito anos de existência, e cria o seu substituto, o Programa Auxílio Brasil. A MP também extingue o PAA e o substitui pelo Alimenta Brasil.

Fonte: Organização do autor com base em informações disponibilizadas pela USP, 2024.

No primeiro momento em questão, de 2002 até meados de 2016, podemos observar o expressivo número de Programas, Pesquisas, Planos, Conferências e Ações em relação ao combate à fome, além dos citados no quadro acima, existem políticas de suplementação e reposição de minerais, vitaminas e nutrientes, somando as políticas públicas de aquisição de alimentos, complementação de renda, produção

e incentivo à agricultura familiar e distribuição de alimentos em pouco mais de uma década o status do Brasil em relação à fome estava em mudança, vemos que existe uma preocupação e centralização do combate à fome e a pobreza das gestões federais deste período, do Ex-Presidente em seu primeiro e segundo mandato Luiz Inácio Lula da Silva e a Ex-Presidenta Dilma Rousseff. Recebem destaques neste período o Bolsa Família, Programa Fome Zero e o Consea, que juntos formam um conjunto de ações complexas e convergentes, que envolvem diversas esferas que sociedade que conferiram ao Brasil, no ano de 2014, a saída do país do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas, no momento em que o Brasil alcança menos de 5% da população em situação de insegurança alimentar grave.

O segundo momento corresponde à gestão do Ex-presidente da República Michel Temer. Neste momento, em dezembro de 2016, a aprovação da PEC 241 pelo Senado Federal, que impõe um teto de gastos públicos pelos próximos vinte anos, que dificulta a promoção e continuidade de políticas para segurança alimentar e nutricional. Esta medida e a descontinuidade de ações na agenda de Segurança Alimentar e Nutricional leva o Brasil a uma ligeira mudança em relação a Segurança Alimentar, na qual em 2018, 36,7% dos brasileiros encontram-se dentro do contexto de insegurança alimentar grave.

O terceiro momento nesta análise corresponde à gestão do Ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, de 2019 a 2022. Um dos primeiros marcos dessa má gestão está na extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), em janeiro de 2019, este ato representou ameaça para condução da agenda nacional de segurança alimentar e nutricional. O desmonte na questão de Segurança Alimentar ocorre desde 2016, mas com maior frequência a partir de 2019, além da extinção do CONSEA, há o enfraquecimento de programas como Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar (Pronaf) - instituído pela Resolução nº 2.191/1995, destinado ao apoio financeiro às atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor e de sua família (Brasil, 2023) - e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar (Brasil, 2023). Outra incerteza deste período foi o encerramento do Programa Bolsa Família, que já auxiliou milhões de brasileiros.

Mesmo o Bolsa Família foi encerrado, desassistindo 44 milhões de beneficiários, entre eles vinte milhões de crianças e adolescentes. Dos méritos do programa, destaca-se a redução de 51,4% na desnutrição infantil entre as famílias beneficiárias (o índice caiu de 17,5% em 2008 para 8,5% em 2012) . (Cátedra Josué de Castro, p. 99, 2022).

Em relação a agenda de Segurança Alimentar e Nutricional é amplo, visto que compreende várias etapas como produção, incentivo à agricultura familiar, promoção de renda, distribuição de alimento, etc; e os impactos deste processo de desmonte ganha força no período de pandemia por Covid-19, na qual escolas e instituições foram obrigadas a fecharem, há o aumento de desemprego formal e informal que impacta na renda das famílias e, conseqüentemente, na aquisição de alimentos. A pauta de Insegurança Alimentar é intensamente agravada na pandemia, mas este fato e o isolamento social não são, unicamente, os responsáveis pelo retorno do país para o Mapa da Fome, fazem parte de um movimento que antecede, mais especificamente desde 2016.

Compreender a dimensão da insegurança alimentar para os jovens é olhar e entender os anseios desses sujeitos inseridos neste contexto, que vai para além do ato de alimentar-se. A fome é um limitante social, cultural, político e econômico, sendo ela uma questão que perpassa diversos grupos etários, entre eles, o período da juventude. Para falar desta questão para jovens é necessário comentar sobre os conceitos pensados por Abramo (2005) de condição e situação juvenil. *A Condição Juvenil* refere-se a uma construção social referente a um determinado momento da vida, segundo Estatuto da Juventude - EJUVE³, dos 15 aos 29 anos; enquanto a *Situação Juvenil* caracteriza o modo que tal condição é vivida, devido os diferentes recortes - como gênero, classe, etnia, etc - que percorrem os diferentes grupos de jovens. Sendo assim, podemos encaixar a fome/insegurança alimentar grave, sendo um fenômeno social, como um recorte na vida de jovens inseridos neste contexto. Logo, analisar os impactos da insegurança alimentar para os jovens engloba discorrer sobre suas vivências e como são afetadas por estarem neste contexto.

³ Aprovado por meio da Lei Nº 12.852, de 05 de agosto de 2013 que Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. (Brasil, 2013).

1.2 SOBRE A TRAJETÓRIA PESSOAL ATÉ A PRESENTE PESQUISA

Para construir uma linha em relação a minha trajetória pessoal e como chegou na construção deste trabalho será necessário retomar ao início da minha jornada acadêmica, ao Ensino Fundamental e, acima de tudo, da minha angústia e inquietação em relação às situações que, infelizmente, perpassam a realidade da escola. Frequentei todo meu Ensino Fundamental, de 2006 a 2015, em uma escola pequena (com pouco mais de 300 matrículas anuais) de periferia rural de Parobé/RS, nos anos iniciais não tinha compreensão completa da realidade que estava inserido, porém, me recordo de muitas situações que emergiram de dentro da escola, mesmo a raiz dos problemas não estarem ligados com a escola. Me recordo que a realidade dos alunos que frequentavam a escola, por muitas vezes, não era nada fácil. Durante o inverno era corriqueiro os alunos faltarem em dias extremamente frios por não terem agasalhos suficientes para enfrentarem as manhãs e as tardes de aula; recordo de professores doando roupas aos alunos e as famílias, principalmente, aquelas que **não possuíam condições financeiras** para aquisição.

Meses antes de concluir o Ensino Fundamental, tive a oportunidade de conhecer uma escola técnica pública de referência regional graças a uma professora de História que já havia lecionado na mesma. O brilho surgiu em meus olhos com a chance de frequentar um curso técnico, mas ao mesmo tempo que tinha a clareza de que era uma possibilidade um, tanto remota, visto que mesmo sendo uma escola pública, a permanência seria difícil, pois as aulas eram de turno integral e a escola era em outro município. O mais marcante durante o Ensino Médio não foi nem ao fato de estar cursando um técnico, mas a **indignação** de estar perdendo vários colegas e amigos durante os três anos e meio que frequentei, devido a dificuldade de permanecer na escola, muitos colegas não conseguiam **arcar com as despesas como alimentação, material e transporte**. Eu, como muitos outros alunos, não tinha condições financeiras de realizar nossas refeições na cantina ou nos restaurantes em torno da escola e como a escola não disponibiliza almoço aos alunos, a solução era levarmos nossa comida de casa e esquentarmos na sala onde se tornou o refeitório dos alunos. Prestes a concluir o Ensino Médio, um dos meus professores me orientou e apresentou os vestibulares e a universidade pública e, novamente, parecia **um sonho distante**, mas com auxílio da minha família foi possível.

E em relação ao Ensino Superior existem diversos momentos marcantes, principalmente em relação a algumas disciplinas da graduação e experiências dos estágios. Começando pelos espaços de periferias de Porto Alegre que frequentei a partir dos estágios e nos quais tive a oportunidade de participar de reuniões de alinhamento pedagógicos que percebi como as questões de alimentação era latejante, alunos em situação de fome/insegurança alimentar, pais buscando alimentos na escola, entre outras situações, e - novamente - retorna aquele sentimento de **angústia** e **inquietação**. Além disso, no decorrer das aulas da graduação fui compreendendo que questões sociais, políticas e econômicas tinham, por vezes, as escolas como palco. Na disciplina de *Políticas da Educação Básica* tivemos uma discussão a partir do texto *Desescolarização do Ensino Fundamental nas periferias urbanas de Porto Alegre: entre o ensino e a gestão da pobreza* e tivemos como conclusão de que historicamente as escolas de periferias vêm sendo sobrecarregadas com situações, justamente por estarem em áreas **desassistidas pelo Estado**, a escola é vista como um “posto avançado” do Estado, onde muitas questões sociais acabam sendo direcionadas. E com aproximação do fim da graduação busquei orientação do professor com o qual cursei as disciplinas de Metodologia do Ensino de Geografia, na qual fui apresentado à temática de juventudes e - para minha surpresa - conforme fui avançando com estudos nesta área fui me deparando como o **vivenciar a juventude é múltiplo**. E, a partir disso, compreendi a ideia de juventudeS e me entendo como **jovem**, este sentimento de **pertencimento juvenil** não fazia parte da minha compreensão de identidade, justamente porque as representações sociais e imaginário do que é ser jovem não condiziam com minha realidade e, além disso, diversos fatores também auxiliaram para que me enxergasse muito mais como adulto do que como jovem, desde que entrei na graduação sempre precisei conciliar trabalho, moradia, estudos e outras atividades que, certamente, influenciaram na minha **formação identitária**.

Agora compreendo como as questões que atravessaram/atravessam minha trajetória e de muitos colegas e amigos que fiz durante a Educação Básica e Ensino Superior influenciam na construção de identidade e de pertencimento juvenil. Por fim, a fome/ insegurança alimentar é uma das tantas questões nas quais os jovens precisam enfrentar e que acabam por refletir em suas vivências. E aquela angústia,

inquietação e indignação que me acompanhou desde minha formação na Educação Básica tento retratar e indagar por meio deste trabalho.

1.3 JUSTIFICATIVAS

As justificativas do trabalho em questão estão agrupadas em Legal, Acadêmica e Pessoal, Social e Pedagógicas. Um dos marcos para legislação no que tange alimentação é inclusão como direito social, em 2010, por meio do artº 6⁴ da Constituição Federal (Brasil, 1988), sendo assim, estabelece a responsabilização do Estado em garantir o acesso à alimentação a todos e a promoção de políticas eficazes para o combate à pobreza e à fome. Além de tudo, o Art. 19. do EJUVE dispõe sobre o direito à saúde e qualidade de vida dos jovens. Pensando a partir disso, os direitos destes jovens ao acesso à alimentação de qualidade, seja por meio da Constituição e/ou Estatuto, estão sendo garantidos? Para responder a esta questão retomaremos o momento de isolamento social devido ao Covid-19, a partir deste momento conseguimos acompanhar com maior frequência as problemáticas sociais e trazendo para dentro deste trabalho pensaremos a partir do contexto escolar.

Com o advento da pandemia e, conseqüentemente, as escolas fechadas, milhões de alunos passam a ter aulas remotas, muitos têm a escola como uma base para acessarem direitos fundamentais que lhe são garantidos em lei, como é o caso da alimentação. Neste período, as comunidades escolares desenvolvem estratégias para que os alunos tenham ao menos acesso à alimentação, escolas da rede pública, por meio da Publicação da Lei 13.987 e da Resolução nº2 (Brasil, 2020), fizeram repasse de alimentos, em muitos casos cestas básicas, aos pais dos alunos. Com a retomada gradual das aulas professores da rede pública de ensino conseguiram acompanhar a realidade de seus alunos, na qual muitos alunos apresentaram déficit de atenção, casos de agressividade e alguns momentos sintomas físicos, como desmaio, mas qual a relação destas situações? A fome. Professores, não somente neste momento, se viram além do sujeito que está à frente de uma turma, mas pensando em formas de auxiliarem e orientarem alunos que se encontram nesta posição. Ademais, trazendo para a relação pessoal e acadêmica, não vemos a

⁴ Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Geografia da Fome ser devidamente trabalhada e nem as questões sociais, como a fome, em disciplinas da licenciatura.

A partir de tais justificativas, este trabalho busca-se responder: **Quem são os jovens brasileiros em situação de insegurança alimentar e quais suas “fomes”?**. A expressão *fome* utilizado entre aspas refere-se ao uso além do literal, a fome fisiológica, neste caso busca discutir sobre as fomes (anseios, necessidades, preocupações) sociais, culturais, políticas, educacionais, etc, dos jovens situados neste contexto.

1.4 ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho tem por objetivo geral analisar quem são as juventudes brasileiras inseridas em situação de insegurança alimentar. E os seguintes objetivos específicos: a) Levantar dados teóricos em documentos e produção acadêmica, sobre as vivências das juventudes que passam fome no Brasil; b) Verificar as percepções de pesquisadores (as) das juventudes que trabalham a temática da periferia, sobre a questão das juventudes que passam fome e; c) Apresentar pistas pedagógicas para a discussão sobre as Geografias da fome das juventudes em sala de aula.

Da estruturação da pesquisa; o Referencial Teórico agrupa três eixos centrais, sendo eles: *Juventudes*, *Geografia da Fome* e *Educação Geográfica*. Em relação à metodologia foram adotados alguns procedimentos metodológicos, como Pesquisa Documental, Estado do Conhecimento e entrevistas estruturadas com diferentes especialistas da área acadêmica e política que trabalham com juventudes e/ou insegurança alimentar. Para os resultados e discussões foram agrupados em três categorias, sendo elas, *Fome Fisiológica e Juventudes*, *“Fomes” Culturais e Sociais das Juventudes Brasileiras* e *Caminhos para o combate à fome (insegurança alimentar)*. Por fim, as conclusões e indagações para o prosseguimento futuro da pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. JUVENTUDES

*“Somos tão jovens
Tão jovens! Tão jovens!”* (Legião Urbana, 1986).

Na canção Tempo Perdido da banda brasileira Legião Urbana faz referência a um determinado tempo, onde se colocam como Jovens. E o que este período revela sobre a formação dos indivíduos? Para compreensão deste conceito se faz necessário realizar uma breve contextualização histórica em torno da categoria de Juventude.

O entendimento acerca da ideia de Juventude como uma fase da vida surge, principalmente, no séc. XX na qual são atribuídas características específicas, antes era concebida a ideia de que as pessoas passavam diretamente da infância para fase adulta. Sobre a tematização social da juventude no Brasil somente a partir da década de 50 que esta categoria assume uma dimensão social (Abramo, 1997), sendo considerada como uma fase turbulenta e os jovens supostamente tenderiam a serem delinquentes. E a partir da década de 90 se tem visualização e compreensão de ações juvenis coletivas e individuais.

Os estudos sobre a evolução desta categoria apontam o avanço da concepção de que a juventude antes era compreendida como uma fase de transição da infância para vida adulta - baseado em critérios de idade e/ou desenvolvimento biológico - para que hoje seja visto a partir de uma perspectiva ampla e diversa, compreendendo critérios sociais e identitários. Segundo Cavalcanti (2023) não se pode falar em juventude, no singular, como uma etapa de transição para a vida adulta, algo abstrato e difuso, nem se pode ficar preso à fase etária. Apoiado nisso, pode-se compreender Juventudes, no plural, porque os jovens, como outros grupos da sociedade e sujeitos sociais são diversos, diferentes e desiguais. Podemos assim, compreender Juventude como uma categoria social e historicamente construída, Cavalcanti (2023) acrescenta que juventude é um tipo de vida, de práticas inseridas em determinado contexto social e, que é uma identidade importante aos jovens, que deve ser observado pela sua multiplicidade. É múltiplo devido ao fato de que além de jovens, estes sujeitos, por vezes, são estudantes, trabalhadores, pais, entre outros. São características e vivências que lhes permitem vivenciar a juventude de diferentes modos, possuem pontos singulares e coletivos.

Compreendendo que estes sujeitos, os jovens, são múltiplos no que desrespeita sua identidade, tem ligação direta em como estes jovens vivem este momento, as condições sociais e espaciais influenciam nas vivências deles. Segundo Gamalho (2023) os jovens vivenciam múltiplas interseccionalidades, como gênero, classe, etnia, orientação sexual, pertencimento espacial, entre outros. E, para reforçar, a categoria de juventudes não é compreendida somente com critérios etários, estas intencionalidades levam a entender a heterogeneidade deste momento e que vivenciar a juventude para cada sujeito é singular e ao mesmo tempo compartilham características em comuns.

O campo de trabalho em Juventudes é muito diverso, pode ser analisado e relacionado a partir de diferentes perspectivas, seja relacionado a outras categorias ou temáticas emergentes que apresentam significativas contribuições para o campo de Juventudes. Por exemplo, entre as diferentes abordagens, destaca-se as juventudes de periferias, a partir dos escritos de Gamalho (2013) é possível compreender a dimensão dessa temática. Os jovens de periferias, comumente, passam por processo de estereotipação e este fato influencia na vida e como são vistos, os estereótipos mais comuns agregados aos jovens de periferias são questões de desemprego, evasão escolar e violência. Existe um distanciamento social de jovens de periferias para jovens de classe média, para exemplificação, Gamalho (2023) comenta sobre a moratória social, sendo que, ocio para jovens de classe média é socialmente legitimado, visto como um momento de “preparação” para vida adulta e, já para os jovens de periferias, é visto como um problema por terem tempo “livre”, essa concepção em relação a jovens periféricos é uma demonstração da exclusão das diferentes formas de vivenciar o ‘ser jovem’. E esta criação de estereótipos é significativa ao ponto dos sujeitos se questionarem seu pertencimento ou de não se reconhecerem como jovens, visto que as representações sociais hegemônicas em torno do que é considerado “ser jovem” não correspondem com sua vida.

Outra temática trabalhada é em relação ao Juvenicídio. Scherer (2018) considera o Juvenicídio como “interrupção de vidas jovens, de forma violenta por meio dos homicídios, provocados, especialmente, pela condição de precarização existencial gerada pela violência estrutural que impossibilita a construção de projetos de vida e futuro”. A questão do Juvenicídio é tido como um fenômeno que provém da falta de proteção juvenil e, historicamente, decorrente de um processo histórico da

sociedade brasileira e que se faz presente, a questão da violência assola, principalmente aos jovens, segundo Atlas da Violência 2021, dos 45.503 homicídios ocorridos no Brasil em 2019, 51,3% vitimaram jovens entre 15 e 29 anos, isso é 23.327 jovens tiveram suas vidas ceifadas prematuramente, em uma média de 64 jovens assassinados por dia no país (Scherer, 2021).

Estabelecendo uma analogia, pode-se compreender a categoria de Juventudes como um prisma (uma figura geométrica formada por retas), as diversas formas de vivenciar a juventude correspondem as retas, que por fim, constitui a ideia de Juventudes (o prisma) e, a partir desta diversidade podemos realizar diferentes análises para compreensão das especificidades dos jovens e como estes sujeitos se constituem. E um dos segmentos que ganha força no campo da Juventude são as questões e fenômenos sociais, que surgem como temáticas emergentes, entre elas as questões de violência, trabalho, desigualdade de gênero e étnico-racial. Outro recorte a ser trabalhado dentro do campo é a problemática da fome/insegurança alimentar. Amaral (2011), inspirado em Carlos Feixa, comenta sobre as culturas juvenis que englobam a expressão coletiva das experiências sociais dos jovens por meio de estilos de vida diferentes, a partir disso, quais seriam as culturas juvenis de jovens inseridos em contexto de insegurança alimentar? Neste caso, retoma a ideia trazida por Abramo (2005) de *Situação Juvenil* que caracteriza o modo que tal condição é vivida, devido os diferentes recortes - como gênero, classe, etnia, etc - que percorrem os diferentes grupos de jovens.

2.2 GEOGRAFIA DA FOME

“Só quem passa fome é que dá valor a comida”
(Quarto de despejo - diário de uma favelada,
Carolina Maria de Jesus, 1960).

O cenário alimentar brasileiro é contraditório, sendo um dos maiores produtores de alimentos do mundo com a capacidade de alimentar cerca de 1,6 bilhão de pessoas (BrasilLAB, 2022), mas 58% da população brasileira sofre com algum grau de Insegurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN, 2022); outro reforçador para esta contradição está nos discursos de figuras políticas, o Ex-presidente da República Brasileira Jair Messias Bolsonaro, em 2019, em entrevista para imprensa internacional afirma que "Falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira. Passa-se mal, não come bem. Aí eu concordo. Agora, passar fome, não" e "Você não vê gente,

mesmo pobre, pelas ruas com físico esquelético como a gente vê em alguns outros países pelo mundo" (EL PAÍS, 2019), demonstrando uma visão distorcida e estereotipada em relação à problemática da fome. Trabalhar com a questão da fome demonstra uma temática delicada. A fome atinge os indivíduos em diferentes formas, existem grupos sociais que comentam (ou não) como um assunto distante, por não fazer parte da sua realidade, já para outros, enfrentam este difícil dilema diariamente. Antes de realizar um aprofundamento conceitual sobre fome vale realizar uma contextualização para compreender os motivos de levarem a fome a ser visto como um tabu e a construção do cenário brasileiro, onde há um enorme número de produção de alimentos e ao mesmo tempo em que há um expressivo número de pessoas preocupadas com (ou não terem) o que comer.

O geógrafo Josué de Castro (2002) faz apontamentos de fatores ocultos que levaram a fome ser considerada como um tema proibido na sociedade brasileira. Tais fatores são de origem moral, econômica e política. Parte de uma questão econômica quando o fenômeno da fome é associado como um instinto primário. E para as culturas ocidentais, como posto por Castro (2002, pág. 12), colocam “o instinto como o animal e só a razão como o social, a nossa civilização, em sua fase decadente, vem procurando negar sistematicamente o poder criador dos instintos, considerando-os como forças desprezíveis”. E, é uma questão econômica porque os interesses, ditados por minorias dominantes, estão voltadas para produção, distribuição, consumo e lucro, características de imperialismo econômico e ao comércio internacional, sendo a questão de saúde pública não prioritária neste processo. E de cunho político, porque historicamente países têm ocultado questões sociais, principalmente em países dominantes, como forma de transmitir uma imagem de superioridade e ao mesmo tempo criando um cenário fictício onde a fome era inexistente.

De acordo com Castro (2002, pág. 32) fome define-se como “fenômeno geograficamente universal, não havendo nenhum continente que escape à ação nefasta”, fenômeno no qual não restringe somente a Geografia visto que existe uma complexidade para compreender tal fenômeno, abrange outras áreas como área de medicina, nutrição, psicologia, ecologia, educação, relações internacionais, entre outras, assim, podemos considerar como um fenômeno multifacetado (Nascimento, 2022). E além disso, um fenômeno social sendo possível interpretar diversos aspectos

da sociedade quando relacionados a outros fenômenos sociais, apresentando comportamentos individuais e coletivos da sociedade.

Um dos estudos mais significativos em torno da questão da fome foi formulado pelo médico Josué de Castro que a partir da avaliação de seus pacientes notou que existia um mal que os acompanhavam, a fome. Usou da Geografia como método de investigação mapeando as manifestações da fome pelas regiões brasileiras, assim, formulou uma das suas obras mais conhecidas, a Geografia da Fome (1946). Buscou identificar quem são os brasileiros que passam fome, quais as causas e quais as consequências deste fenômeno. Em torno das observações realizadas, é possível observar uma relação entre a questão da fome com o desenvolvimento de uma nação.

O que caracteriza por excelência o subdesenvolvimento é o desnível, é a disparidade entre os níveis de produção, de renda e de capacidade de consumo entre diferentes camadas sociais e entre diferentes regiões que compõem o espaço geográfico da nação. (Castro, 1968, p. 66).

De acordo com Nascimento (2022), a fome é uma criação humana contra a própria humanidade. O fenômeno da fome é desigual, avassalador e amplo, atinge os grupos da sociedade em diferentes formas, no momento em que a desigualdade se faz presente, as manifestações e causas da fome podem ser evidenciadas por diversas perspectivas. O fenômeno da fome é complexo e deriva da desigualdade social e econômica, atingindo os mais diversos setores da sociedade, entre eles, o educacional. A fome atinge os sujeitos escolares, os educandos, em diferentes formas, agindo sobre suas ações, decisões e desafios.

Para as políticas voltadas ao combate à fome em âmbito escolar e na garantia ao direito à alimentação temos o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, implantado em 1955. O PNAE é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que atende estudantes da Educação Básica (de nível de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e educação de jovens e adultos) por meio de repasses de 10 parcelas anuais, este repasse é realizado da União aos estados e municípios e os valores são definidos conforme a etapa e a modalidade que cada aluno se encontra. (Brasil, 2023).

Campos (2010) realizou um estudo sobre os estudantes do Ensino Médio noturno da Rede Municipal de Salvador relacionando a questão da fome. Em sua pesquisa baseada na narrativa destes alunos e outros membros da comunidade escolar fica evidente que a motivação de alguns alunos de frequentarem a escola está no fato da escola oferecer o que comer. E além disso, em um dos relatos dos alunos,

comenta a dificuldade de concentração para os estudos e sua fome não se restringia a fome física, mas também de outras fomes, como a fome de estudar (Campos, 2010).

2.3 EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (Pedagogia da Indignação, Paulo Freire, 1997).

Antes de adentrar na discussão de Educação Geográfica se faz necessário realizar a distinção entre as noções de Educação Geográfica e Ensino de Geografia e até mesmo de Ensino e Educação, são termos usados frequentemente como sinônimos.

o ensino pode ser entendido como uma forma sistemática de transmissão de conhecimentos, que encontra na instituição escolar o seu meio mais usual, a educação enfatiza um processo de socialização que inclui o ensino escolar sem se resumir a esse, processo presente em todas as sociedades através do tempo, inclusive naquelas em que não existe ou não existiu a instituição escolar. (Rego; Costella, 2019, p. 02).

O Ensino refere-se a sistematização de um conhecimento, algo específico. E quando associado ao conhecimento de uma área, assim, tendo como exemplo o Ensino de Matemática, Ensino de História, etc. E, além disso, o ensino de um conhecimento específico de determinada área, como exemplo a Geografia, o ensino de cartografia, ensino dos domínios morfoclimáticos, entre outros. E para Educação se tem como um processo abrangente e de processo de socialização dos educandos. Para Rego e Costella (2019) educação associa-se a cada uma das ações tópicas de ensinamentos diversos e ao mesmo tempo as ultrapassa em significado, pois seu objetivo mais abrangente e simultaneamente difuso é a adequação dos indivíduos à sociedade. A Educação trabalha na adequação do indivíduo às questões que permeiam a sua inserção social e passa a lidar e agir sobre tais. Assim, podemos compreender o Ensino de Geografia como a sistematização de um conhecimento específico da Geografia e a Educação Geográfica como aplicação, por parte dos estudantes desta sistematização na leitura de mundo. Para exemplificar, o entendimento em relação ao movimento das massas de ar parte de uma sistematização - Ensino de Geografia - e a aplicação e reconhecimento, pelo aluno, deste fato no seu cotidiano refere-se ao processo de educação, neste caso, Educação Geográfica. Mesmo que sejam termos usados como sinônimos, existem distinções e aproximações entre os termos, para ensinar é necessário educar e vice-versa.

Para Rego e Costella (2019), as perguntas sobre o mundo podem passar pela própria casa dos alunos. E para este movimento de inserção dos educandos à sociedade pode se iniciar a partir da compreensão de mundo por parte do aluno. A ação do professor neste processo/movimento, Cavalcanti (2013) coloca que cabe aos professores observarem os jovens, sua fala, suas práticas, a fim de compreender seus interesses, conhecimentos e anseios para que assim seja trabalhado por meio da Geografia. Os caminhos para o processo educacional partem do aluno, mas para isso é necessário um professor atento e que conheça a seus alunos e a realidade em que estão inseridos e que sua prática docente esteja em relacionar o saber escolar com os dilemas locais que permeiam a realidade do aluno em busca de uma educação significativa para vida dos alunos, na qual possibilita os alunos refletirem e agirem em relação aos problemas e situações do seu cotidiano.

A Educação, ou mais especificamente a Educação Geográfica, busca lidar com as questões da sociedade nas quais os alunos estão inseridos. De acordo com Callai (2012, p. 75):

[...] a educação geográfica apresenta-se hoje como a possibilidade de tornar significativo o ensino de uma disciplina presente na educação básica, que traz em seu conteúdo a possibilidade do debate a respeito das questões do mundo da vida. Em outras palavras: conhecer o mundo, para transformá-lo de acordo com as necessidades da sociedade em geral, na busca de superar as diversas formas de exclusão.

Mas ao mesmo tempo, as questões sociais atravessam a escola interferindo no processo de escolarização. Questões como vulnerabilidade alimentar, econômica, social e até mesmo afetiva circulam pela escola e caracterizam um processo de desescolarização, este processo refere-se no sentido da escola sendo menos escola (Moreira; Santos; Gandin; 2019,). Este processo está presente, principalmente, nas escolas de periferias, por vezes, a escola é o único braço do Estado que chega a estes locais, atribui a todos da escola - professores, funcionários, gestores - funções que caberiam a outros serviços estatais. E o excesso de atribuições afetam a todos na escola, se tornou corriqueiro para professores repensarem em suas estratégias de trabalho que vai do tipo de avaliação à formas de auxiliar os alunos, porque o processo de desescolarização além de descaracterizar a função da escola, existe a ameaça de evasão escolar. Portanto, a ação do professor, especificamente o professor de Geografia, não se restringe somente ao conteúdo geográficos, em seu trabalho também busca pela permanência dos alunos na escola. A prática de educar se apresenta como um desafio.

3. METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa e básica com o intuito de estudar a multiplicidade de um fenômeno e sua relação com os jovens. Segundo Godoy (1995):

A pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes. (p.20).

Em vista disso, busca-se a definição dos sujeitos, neste caso, quais jovens estão inseridos no contexto da fome e qual dimensão deste fenômeno para eles. Godoy (1995, pág. 63) coloca que a pesquisa quantitativa busca o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida. Caracteriza-se pela sua natureza básica que busca dissertar em torno do assunto, mas sem aplicação e contato direto com os sujeitos pesquisados. Além disso, essa pesquisa tem cunho exploratório com finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores (Gil, 2008). Por meio da pesquisa exploratória busca-se compreender a relação entre o fenômeno da fome, Juventudes e Educação Geográfica; com a finalidade de criar uma visão geral em torno do recorte temático da pesquisa.

A fome é um fenômeno amplo e para investigação da dinâmica deste fenômeno foram elencados alguns caminhos metodológicos como levantamento bibliográfico a partir das produções de trabalhos que abordam os assuntos trabalhados para averiguar a pertinência do assunto; pesquisa documental acerca de relatórios a fim de serem analisados e; entrevista estruturada com especialistas da área de juventudes e política (Gil, 2008).

3.2 FORMAS DE PRODUÇÃO DE DADOS

3.2.1 Levantamentos Teóricos

3.2.1.1 Pesquisa Documental

Para esta pesquisa foi selecionado, como um dos caminhos metodológicos, a análise documental. Uma pesquisa documental qualifica-se por usar dados que não sofreram tratamento analítico, ou seja, que não foram analisados e sistematizados

(Kripka; Scheller; Bonotto; 2015). Este procedimento permite a seleção, tratamento e interpretação de informações conforme o interesse da pesquisa para a significação da pesquisa.

Para análise documental foram formuladas algumas questões orientadoras para extração de dados e informações, como: *Qual a porcentagem de pessoas jovens (de 15 até 29 anos de idade, conforme o EJUVE) que estão em situação de insegurança alimentar?; Quem são estes jovens? e; Quais as vivências destes jovens?*. A partir destas questões foram realizadas anotações e registros para averiguar e descrever quais são os jovens e suas vivências enquanto inseridos em situação de fome (insegurança alimentar grave).

Para este caminho metodológico foram selecionados os seguintes documentos das fontes que foram extraídos dados e informações: *Rede PENSSAN* e *IBGE*, conforme quadro a seguir:

Quadro 2 - Relação de documentos e fonte.

Fonte	Documentos
Rede PENSSAN	Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (2021) Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (2022)
IBGE	Pesquisa de Orçamentos Familiares (2017 - 2018)

Fonte: Organização do autor, 2024.

A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) é um conjunto de profissionais vinculadas a instituições de ensino e pesquisa em diferentes regiões do país comprometidos com a pesquisa em prol da superação da fome e a promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional, formalizado desde 2017 (Rede PENSSAN, 2023)⁵. E Pesquisas de Orçamentos Familiares (POFs) elaboradas e disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Inicialmente seriam consultados três POFs, todavia,

⁵ Inicialmente a pesquisa teria como suporte dados do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (**Consea**), mas com a extinção deste órgão em janeiro de 2019, na gestão do Ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, e o desmonte em relação a agenda de Segurança Alimentar e Nutricional nos anos que antecede este fato, acarretou em um “apagão” de informações e dados, neste caso, não foi encontrado documentos na biblioteca digital do CONSEA.

encontrou-se um desencontro nas informações entre as pesquisas, neste caso, entre as POFs de 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2019. Portanto, a pesquisa ficou restrita à última pesquisa referente ao período de 2017-2018.

O recorte temporal para análise dos dados corresponderia ao período de 2002 até 2022, o ponto de partida para análise dos dados corresponde ao início das movimentações políticas do primeiro governo do Presidente da República Luíz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT), onde se tem a implementação do Programa Fome Zero em 2003 até 2022, ano anterior a escrita deste trabalho. Contudo, devido às colisões políticas que refletiram nas pesquisas, os dados analisados são dos últimos 6 anos, correspondente de 2017 até 2022. Além disso, não existem agrupamentos específicos por faixa etária que corresponderia ao período da juventude, neste caso dos 15 a 29 anos, deste modo, preferimos selecionar a faixa etária com maior participação juvenil.

A seguir está o modelo de quadro para caracterização, extração de dados e informações dos documentos em questão.

Quadro 3 - Modelo de extração de dados.

Documento:		
Natureza do documento:	Fonte:	Ano Base:
Faixas etárias nas quais os jovens estão inseridos (15 à 29 anos):		
Porcentagem em relação ao total:		
Localização (região e/ou estado):		
Recorte de gênero e étnico-racial:		

Fonte: Organização do autor, 2024.

3.2.1.2 Estado do Conhecimento

O Estado do Conhecimento constitui-se como uma ferramenta metodológica na busca de compreender as dimensões das produções acadêmicas que se aproximam ao tema desta pesquisa. De acordo com Morosini e Fernandes (2014, p. 155) o Estado do conhecimento define-se como:

identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica.

Sendo assim, o estudo do conhecimento configura-se como fundamental para esta pesquisa exploratória, que a partir da revisão e análise de produções acadêmicas permite a construção de uma visão panorâmica do que já se têm de estudos anteriores e das lacunas em torno da temática investigada. Além disso, contribui na avaliação do grau de relevância e da pertinência do trabalho no campo em que se está inserido e, como alicerce na formulação de questões e debates que ocorrem no decorrer do trabalho

Para a construção do *corpus* desta etapa foram analisados Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) produzidos de 2002 até 2022, o mesmo recorte temporal usado para levantamento documental visto que corresponde ao início no qual o debate sobre combate à pobreza e fome se tornam centro de discussão política e do Governo Federal. Estas produções acadêmicas foram consultadas e obtidas a partir de Bibliotecas Digitais e Repositórios Digitais de três instituições públicas de Ensino Superior, sendo elas Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade de Brasília (UnB) a partir de determinados descritores relacionados a pesquisa, como: juventudes (jovens, juventude, jovem, adolescente); fome (insegurança alimentar; insegurança alimentar e nutricional, soberania alimentar, Geografia da Fome).

A escolha destas universidades se deve por alguns fatores, como Grupos de Trabalhos na área de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e cursos na voltados a alimentação. A UFRGS, além da instituição na qual esta pesquisa está sendo desenvolvida, desde 2009 possui o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança Alimentar e Nutricional (NESAN) que é um grupo de estudos e fomentador de ações e pesquisas na área de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da Soberania Alimentar (NESAN, 2023)⁶. Já a USP, possui um grupo de trabalho “Políticas Públicas de Combate à Insegurança Alimentar e à Fome” desde de 2023 e especialistas da área acadêmica que serviram como embasamento teórico para este trabalho ligados à instituição de

⁶ NESAN. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/nesan/content/inicial.html>>;

ensino (PRCEU-USP, 2023)⁷, além disso, disponibiliza cursos na área de Antropologia dos Alimentos. E o Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição (OPSAN), desde 2003, que pertence ao Departamento de Nutrição da Faculdade de Ciências a Saúde da UnB, no qual se constitui um núcleo de ensino, pesquisa e extensão, buscando a partir destas áreas um fortalecimento na construção de conhecimento da participação social em SAN e de Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva no Brasil (OPSAN, 2023)⁸. Estes, são espaços de significativa contribuição para análise do avanço das pesquisas em Soberania Alimentar e Nutricional e combate à fome e insegurança alimentar e nutricional, nas últimas duas décadas.

3.2.2 Entrevista com especialistas

O uso de entrevistas possibilita o pesquisador realizar um aprofundamento para criação de relações entre suas hipóteses e o que é dito pelos seus interlocutores. De acordo com Gil (2021, p. 126):

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à pesquisa. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Para esta pesquisa optou-se por entrevistas do tipo estruturada. De acordo com Gil (2021, p. 128), a entrevista estruturada desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas em que não apenas o enunciado e a ordem das perguntas, mas também as alternativas de resposta são definidas previamente. Diferente de entrevistas semiestruturadas que possuem um caráter aberto, as questões desenvolvidas encaminham o entrevistado a responder conforme o solicitado, a partir das questões estruturadas.

Esta técnica foi selecionada a fim de coletar e analisar as “fomes” culturais das juventudes brasileiras que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional. Por se tratar de uma questão social e política historicamente constituída como sensível e/ou tabu, a seleção dos entrevistados neste momento não são os jovens, visto que pode causar um possível desconforto. E como sendo uma pesquisa exploratória, os entrevistados pensados para esta etapa são especialistas da área

⁷ PRCEU. Disponível em: <<https://prceu.usp.br/>>;

⁸ OPSAN. Disponível em: <<https://www.opsan.unb.br/>>;

acadêmica que trabalham com juventudes. Sendo assim, a entrevista neste caso tem o objetivo de captar a partir da fala dos participantes passagens marcantes, observações, experiências, críticas e opiniões relacionadas ao tema em questão. Enquanto as questões formuladas aos especialistas da área acadêmica (Anexo A) foram pensadas a partir de 7 subeixos - I) Juventudes e Sujeitos; II) Juventudes e Fome; III) Juventudes e Lugares; IV) Juventudes e Atuação; V) Juventudes, Lazer e Cultura; VI) Juventudes e Identidade e; VII) Juventudes e Futuro - para que após as entrevistas fossem realizadas análises dos relatos dos entrevistados conforme o subeixo.

A escolha dos especialistas foi conforme suas temáticas trabalhadas dentro do campo das Juventudes, visto que o trabalho possui um recorte de uma questão política e social que abrange determinados grupos sociais. Foram convidados os seguintes pesquisadores: Professor Doutor Leandro Rogério Pinheiro (UFRGS)⁹, que tem trabalhado com temáticas de juventudes, processos de socialização/individuação, cotidianos, reflexividades, narrativas e ações coletivas; Professora Doutora Nola Patrícia Gamalho (UNIPAMPA)¹⁰, que trabalha com conceitos como espaço geográfico, representações sociais, periferia, paisagem cultural, territorialidades, práticas espaciais, metodologias qualitativas, Juventudes e educação antirracista e Ensino de Geografia e; Professora Doutora Juliana Ribeiro Vargas (UFRGS), que tem trabalhado com temáticas como juventudes, escolarização, ensino médio, feminilidades, interseccionalidade, artefatos culturais e periferias urbanas¹¹.

3.2.3 Caminhos Pedagógicos

Visto que este trabalho visa aprofundar a discussão da fome e da insegurança alimentar foram desenvolvidos caminhos pedagógicos e formas de abordar tal problemática em âmbito escolar. Para tanto, a construção desta etapa se fundamenta nos dados e informações obtidos por meio dos procedimentos metodológicos anteriores, os quais proporcionaram uma compreensão mais ampla do cenário.

⁹ Informações extraídas do Currículo Lattes. Prof. Dr. Leandro Rogério Pinheiro iD: <http://lattes.cnpq.br/0058830913352067>;

¹⁰ Informações extraídas do Currículo Lattes. Profa. Dra. Nola Patricia Gamalho iD: <http://lattes.cnpq.br/4672432445245125>;

¹¹ Informações extraídas do Currículo Lattes. Profa. Dra. Juliana Ribeiro Vargas iD: <http://lattes.cnpq.br/2953663127121446>.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

Em relação ao tratamento dos dados obtidos por meio dos procedimentos metodológicos desta pesquisa foi por meio da Análise de Conteúdo, na qual refere-se a "um conjunto de técnicas de análise das comunicações" (Bardin, 1977, p. 31). Para análise de conteúdo (Bardin, 1977) segue três momentos: Pré-análise, Codificação e Categorização. O primeiro momento, Pré-Análise, corresponde à organização dos documentos, seleção de dados, preparação do material (Levantamento Teórico, Entrevista e transcrição). O segundo momento corresponde a Codificação, a exploração do material, conforme explicitado nos procedimentos metodológicos anteriores. E o terceiro e último momento, Categorização, corresponde ao tratamento e agrupamento dos dados. Sendo assim, foram definidas três categorias *a priori*, sendo elas:

- I. Fome Fisiológica e Juventudes: a partir desta categoria, por meio do levantamento teórico e entrevista, definir quem são os jovens brasileiros em situação de insegurança alimentar/fome, localizar estes sujeitos a partir dos documentos analisados (com o recorte temporal de 2002 a 2022), além disso, localizar espacialmente estes jovens;
- II. “Fomes” Culturais e Sociais das Juventudes Brasileiras: a partir da análise das entrevistas com especialistas procuramos debater quais são as relações das “fomes”, sejam elas culturais, sociais e políticas das juventudes brasileiras com fome fisiológica;
- III. Caminhos para o combate à fome (insegurança alimentar): nesta última categoria discorrer sobre as alternativas e quais necessidades para superar a insegurança alimentar e como os jovens se inserem neste cenário.

Com o decorrer do trabalho foram observados a necessidade de criar categorias *a posteriori*, sendo elas, Jovens de Periferia, Trabalho Informal, Jovens em Situação de Rua, Estigmas, Estratégias e Táticas e Representativa.

3.4 CUIDADOS ÉTICOS

Em relação aos cuidados éticos, o presente Trabalho de Conclusão de Curso cumpre com os requisitos que atendem à resolução 520/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Conforme tal Resolução:

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução.

E segundo o parágrafo único, do mesmo artigo, não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP: alínea III - pesquisa que utilize informações de domínio público; e VI - pesquisa realizada exclusivamente com textos científicos para revisão da literatura científica. Sendo assim, respectivamente, o levantamento documental e estado do conhecimento se enquadram em tal resolução.

Os participantes da entrevista assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo B) antes de concederem a entrevista, para que estivessem cientes e de acordo com a finalidade da pesquisa. Além disso, assinaram o termo para o uso dos relatos e nome de cada entrevistador.

3.5 CORRELAÇÃO ENTRE OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS

A seguir são apresentados a correlação entre objetivos específicos e procedimentos metodológicos adotados para cada objetivo.

Quadro 4 - Correlação entre objetivos e procedimentos metodológicos.

Objetivos específicos	Eixo do referencial teórico	Instrumento de coleta de dados
1. Levantar dados teóricos em documentos e produção acadêmica, sobre as vivências das juventudes que passam fome no Brasil.	Juventudes Geografia da Fome	Pesquisa documental e Estado da Arte
2. Verificar as percepções de pesquisadores (as) das juventudes que trabalham a temática da periferia, sobre a questão das juventudes que passam fome.	Juventudes	Entrevistas
3. Apresentar pistas pedagógicas para a discussão sobre as Geografias da fome das juventudes em sala de aula.	Educação Geográfica	Não se aplica

Fonte: Organização do autor, 2024.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 DOCUMENTOS

A fome configura-se como um fenômeno amplo e complexo que deriva da desigualdade social e econômica. Visto isso, a pesquisa buscou por meio de documentos informações e dados no que tange essa problemática, sendo assim, evidenciar e analisar a questão da pobreza no Brasil. Antes disso, destaca-se a dificuldade de encontrar informações consistentes e confiáveis em relação a pobreza e fome. Inicialmente, o recorte temporal para obtenção de dados agruparia um período de 20 anos - de 2002 a 2022-, mas existe um desencontro em relação às pesquisas desenvolvidas pelo IBGE, por exemplo, foram realizadas três Pesquisas de Orçamento Familiares (POFs) no período de 2002 a 2022, que corresponde as POFs 2002-2003, 2008-2009 e, 2017-2018, mas com diferentes modos de agrupamento de dados, deste modo, preferiu-se a explanação dos dados da última POF, de 2017-2018. Ademais, existe um 'apagão' de dados e informações do CONSEA, acredita-se que este fato se deve ao descompromisso, por parte das gestões políticas de 2016 a 2022, com a agenda alimentar e nutricional e a extinção do conselho em janeiro de 2019.

Cerca de 22,3% da população brasileira (Segundo a POF 2017-2018) está em algum grau de pobreza. Em relação onde está situada, a população brasileira é majoritariamente urbana, que corresponde a 85,3%, mas desse percentual, cerca de 17,3% da população urbana está situada em algum grau de pobreza. O alarmante está na população rural, que representa 17,3% da população brasileira, dentro desta população, aproximadamente, 51,1% está em situação de pobreza.

No que se refere às grandes regiões brasileiras, para os anos de 2017-2018, as regiões com maior percentual de algum grau de pobreza, proporcional à população regional, são o Norte e Nordeste. A população nortista corresponde a 8,6% da população brasileira, sendo desse percentual, 43,8% estão em algum grau de pobreza; a região do Nordeste possui uma população de 27,3% em relação a população brasileira e, neste percentual, 38,2% estão em algum estado de pobreza, essas regiões são seguidas, respectivamente, pelo Centro-Oeste, Sudeste e Sul (IBGE, 2018).

Em relação às juventudes torna-se difícil realizar inferências a partir dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares, visto que a pesquisa usada como base não realiza cruzamentos de dados - sejam eles de gênero, região, etnico-racial, etc - com

as faixas etárias. Além disso, não existem agrupamentos etários que correspondem à faixa etária, conforme o EJUVE, que correspondem à juventude, dessa forma, alguns dados extraídos estão em comparação com dados do último censo demográfico realizado pelo IBGE para que seja possível mensurar a proporção de jovens. Pelas pesquisas os jovens estariam dentro de duas faixas etária sendo de *até 24 anos* e de *25 a 49 anos*, deste modo, optou-se pela extração de dados da primeira faixa etária. No entanto, a população brasileira de até 24 anos de idade representa 34,44% em relação à população total, acrescida a porcentagem de brasileiros de até 29 anos, este percentual passa a corresponder a 42,06% da população brasileira e restringindo aos jovens - conforme o EJUVE de 15 a 29 anos - cerca 22,31% da população são jovens (IBGE, 2022). Ademais, sendo assim, podemos considerar que dessa faixa etária de até 24 anos (34,44% da população) temos a maior porcentagem de indivíduos em situação de pobreza. Deste percentual temos 24,1% em situação de pobreza e, inseridos nessa taxa, podemos dizer que mulheres, pretos e pardos e com menor instrução (escolaridade) são os mais afetados (IBGE, 2018). Visto que mulheres correspondem a 51,48% (IBGE, 2022) da população brasileira e com um percentual de 25,4% com algum grau de pobreza, enquanto entre homens este percentual está em 20,2%. Dos Níveis de Instrução (escolaridade), cerca de 36,8% da população brasileira encontra-se com o Ensino Fundamental incompleto e, proporcional a este grupo, 33,4% encontra-se em pobreza, este percentual decai conforme o avanço da escolaridade. Por exemplo, cerca de 13,7% da população brasileira encontra-se com o Ensino Superior completo e, proporcional a este grupo, cerca de 3,0% está inserido em algum grau de pobreza (IBGE, 2018).

Já em relação a cor ou raça, a população preta ou parda representa 57,2% de brasileiros e a população branca representa 41,4% do total e quando analisado o percentual de pobreza dentro destes grupos existe um distanciamento. Dentro da população que se considera preta ou parda a pobreza atinge cerca de 29,8% e entre a população branca esta taxa cai para 12,1% (IBGE, 2018). Este dado nos confirma, o que podemos observar empiricamente, que existe um racismo estrutural e institucional na sociedade brasileira em que estes grupos são os mais afetados por questões sociais e econômicas, sendo assim, que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Este fato reforça a ideia de que “o racismo estrutural é o racismo que está presente na própria estrutura social” (Silva, 2022, p. 51).

Podemos compreender a pobreza como a carência e o não acesso às necessidades básicas para os humanos, entre elas, a alimentação. Desta forma, existe uma relação muito próxima no que desrespeita pobreza e insegurança alimentar. Contudo, antes de adentrar na discussão do flagelo da fome no Brasil se faz necessário pontuar os *níveis de Segurança Alimentar (SA) e Insegurança Alimentar (IA)*. Os níveis são determinados a partir da soma das afirmativas em relação às oito questões utilizadas na *Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA*. De acordo com o *I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil - 2021*, as oito questões que servem de base são:

4.1.1 os(as) moradores(as) deste domicílio tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?;

4.1.2 os alimentos acabaram antes que tivessem dinheiro para comprar mais comida?; 3. os(as) moradores(as) deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?; 4. os(as) moradores(as) deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham, porque o dinheiro acabou?; 5. algum(a) morador(a) de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?; 6. algum(a) morador(a) de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, comeu menos do que achou que devia, porque não havia dinheiro para comprar comida?; 7. algum(a) morador(a) de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?; e 8. algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?. (I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid- 19 no Brasil, 2021, p. 24).

Este inquérito baseou-se em amostra probabilística de 2.180 domicílios brasileiros - sendo destes, 1.662 domicílios urbanos e 518 domicílios rurais - representando a população geral brasileira das cinco regiões brasileiras, realizada em dezembro de 2020. As respostas às questões foram baseadas nas vivências dos últimos 3 meses dos indivíduos de cada domicílio consultado. O número de afirmativas corresponde ao nível que cada indivíduo se encontra em relação a IA ou SA. A seguir podemos consultar o número de afirmativas e, respectivamente, o nível.

Quadro 5 - Classificação e pontos de corte da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar de oito itens, EBIA. VigiSAN Inquérito SA/IA – Covid-19, Brasil, 2020.

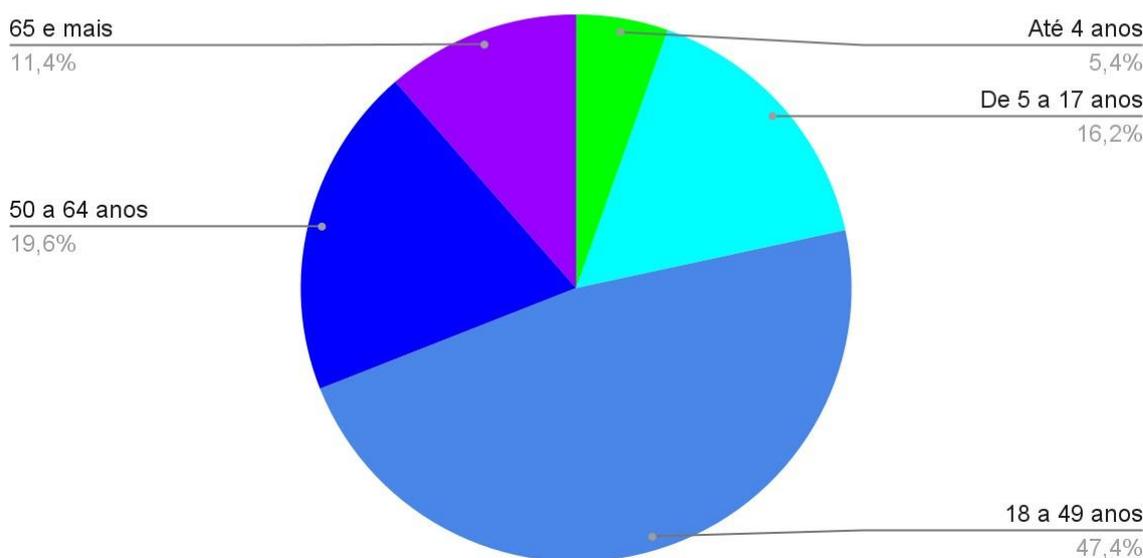
Classificação	Pontos de Recorte (n° de afirmativas)
SA	0
IA Leve	1-3
IA Moderada	4-5
IA Grave	6-8

Fonte: Organização do autor com base em informações disponibilizadas pelo I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 2024.

Da composição da população brasileira da pesquisa os jovens estão inseridos em duas faixas etárias, entre 5 a 17 anos e 18 a 49 anos. Para este documento em questão - I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (2021) - foram consideradas as duas faixas etárias, visto que algumas seções do documento não abrange a primeira faixa etária, que corresponde, dos 5 aos 17 anos. No gráfico a seguir, podemos observar a presença de moradores, em nível nacional, por faixa etária.

Gráfico 1 - Da presença de moradores por faixa etária.

Presença de moradores por faixa etária



Fonte: Organização do autor com base em informações disponibilizadas pelo I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 2024.

Dentre as faixas etárias nas quais os jovens estão inseridos, neste caso dos 5 aos 17 anos e dos 18 aos 49 anos, representam, respectivamente, 16,2% e 47,7% dos moradores. São duas faixas etárias que agrupam sujeitos além dos jovens, conforme ao EJUVE que corresponde dos 15 aos 29 anos de idade, em outros momentos de suas vidas. Para mais, a segunda faixa etária, dos 18 aos 49 anos, corresponde a uma grande parcela dos brasileiros que agrupa além dos jovens, apesar disso, preferiu-se abranger e debater sobre essa faixa etária, visto que há participação juvenil.

Os efeitos da pandemia aos brasileiros são os mais diversos, contudo, os mais expressivos são o endividamento e o corte de despesas essenciais. Segundo o I Inquérito 27,7% da população brasileira sofreu com endividamento em 2020, entretanto, existem as desigualdades regionais. Os moradores da região Norte e Nordeste são os sujeitos que foram mais afetados em relação ao endividamento sendo que, respectivamente, 37,0% e 34,9% da população dessas regiões experienciou esse efeito. Além deste, o corte de gastos em despesas essenciais é outro dado alarmante em todas as regiões, mas com forte efeito nas regiões Norte e Nordeste, da população dessas regiões cerca de, respectivamente, possuem percentuais em 61,4% e 55,3%, nas quais tiveram que realizar cortes essenciais (Rede PENSSAN, 2021).

A pandemia afetou milhões de brasileiros e intensificou o número de brasileiros em situação de IA grave. Para exemplificar quem são os sujeitos que vivenciam a fome foram selecionados alguns recortes como *espacial, econômico, de idade, de gênero, educacional e étnico-racial* para compreensão dos indivíduos inseridos neste contexto. Estima-se que dos 211,7¹² milhões de brasileiros, cerca de 116,8 milhões estão em algum grau de IA e mais de 19 milhões de pessoas em IA Grave, ou seja, passando fome (Rede PENSSAN, 2021).

¹² IBGE, Estimativa da população residente no Brasil com data de referência em 1º de julho de 2020. Diretoria de Pesquisas (DPE), Coordenação de Populações e Indicadores Sociais (COPIS).

Tabela 1 - Distribuição total de moradores, segundo o nível de Segurança/Insegurança Alimentar no país, grandes regiões e localização dos domicílios (urbanos e rurais) e a presença juvenil (15 à 29 anos) nestas localidades.

Macrorregiões	Total	Total de Jovens (IBGE, 2022 em %)	Segurança Alimentar	Insegurança Alimentar Leve	Insegurança Alimentar Moderada	Insegurança Alimentar Grave
Brasil	211.752.656	22,31%	94.910.100	73.423.348	24.284.652	19.134.556
Grandes Regiões						
Norte	15.784.923	25,93%	5.821.979	4.893.907	2.219.719	2.849.319
Nordeste	55.830.694	23,27%	15.708.938	22.944.801	9.491.974	7.684.981
Centro-Oeste	16.512.384	23,16%	7.716.552	5.715.511	1.934.023	1.146.298
Sudeste/Sul	123.624.655	42,46% ¹³	65.662.631	39.869.129	10.638.937	7.453.958
Zona Residencial¹⁴						
Urbana	181.242.978	83,5%	82.709.666	63.347.618	19.725.548	15.460.147
Rural	30.509.678	16,5%	12.200.434	10.075.730	4.559.105	3.674.409

Fonte: Organizado pelo autor com base no I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 2024.

Observamos que existe uma desigualdade espacial no que se refere a SA ou IA, são mais de 116 milhões de brasileiros em algum grau de IA, dessa forma, cerca de 55% da população vivenciou algum grau de insegurança alimentar e quando analisado a IA entre as populações das grandes regiões brasileiras observamos a disparidade. Das regiões com maior percentual de SA estão as regiões Sudeste/Sul e Centro-Oeste, da região Sudeste/Sul, aproximadamente, 52% da população desta região encontra em situação de SA e em relação à população Centro-Oeste cerca de 43% está em SA; nessas mesmas regiões, o percentual de IA Grave se mantém baixo em relação a outras regiões, mas isso não significa que não são números alarmantes (somada essas três regiões contabilizam mais de 8 milhões de brasileiros em IA Grave), o percentual da população Sudeste/Sul e Centro-Oeste mantem, respectivamente, 5% e 6,2% em IA Grave.

O cenário é outro quando analisado as regiões Norte e Nordeste, da população da região Nordeste o percentual de IA Grave está em, aproximadamente, 12%

¹³ O documento em questão analisado, Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (2021), agrupa os dados da região Sul e Sudeste. Todavia, o valor apresentado em tabela representa a soma da população jovem das duas grandes regiões. Portanto, dessa forma, priorizou apresentar os dados em relação a população de jovens dessas regiões agrupadas. Entretanto, a região Sul e Sudeste apresentam, respectivamente, 21,32% e 21,14% da população total conforme a cada região.

¹⁴ Os dados de percentuais em relação às juventudes rurais e urbanas foram extraídos do **Atlas da Juventudes** Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/jovens-populacao-e-percepcoes/quem-sao-as-juventudes-do-brasil>, formuladas com base nos dados disponibilizados pelo Censo Demográfico 2010 do IBGE.

experienciou a fome, dessa região, somente 27% da população encontravam-se em SA. Mesmo sendo uma das menores regiões em número de habitantes, a região do Norte apresenta dados preocupantes em relação a IA, a população dessa região contém 18,5% em IA Grave e 33% da população em SA.

A fome atinge diversas localidades, mesmo a Zona Urbana compreendendo maior número de habitantes, são Zonas Rurais que são encontrados os maiores índices, proporcionais a população, de IA Moderada e Grave. Entretanto, o maior número de indivíduos em IA Moderado/Grave é maior nas Zonas Urbanas das Regiões do Centro-Oeste e Sudeste/Sul.

De modo geral, existe uma correlação entre a renda das famílias brasileiras e os graus de IA ou SA. Podemos observar no quadro a seguir a renda domiciliar per capita mensal dos brasileiros distribuídos pelas cinco grandes regiões do país.

Tabela 2 - Renda domiciliar per capita mensal.

Renda domiciliar per capita mensal	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	Nordeste (%)	Norte (%)	Sul/Sudeste (%)
Até ¼ de SMPC ¹⁵	14,1	7,3	24,2	25,7	8,6
Mais de ¼ até ½ SMPC	29,2	26,8	34,4	35,0	26,2
Mais de ½ até 1 SMPC	32,8	38,0	30,6	24,2	34,4
Mais de 1 SMPC	23,9	27,9	10,8	15,0	30,8

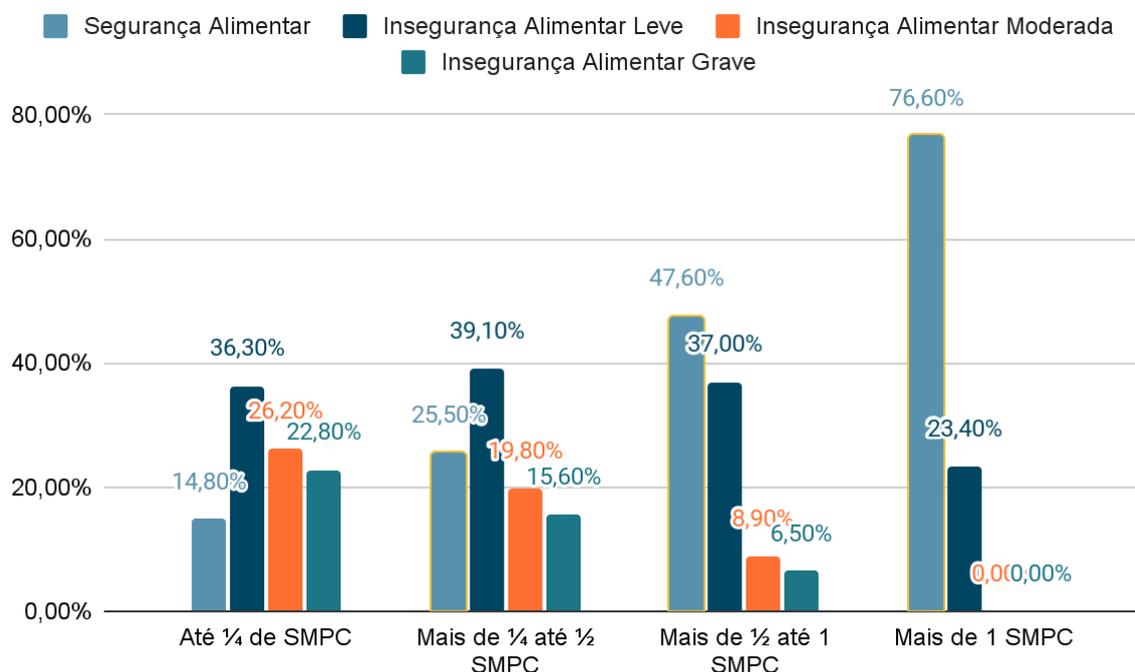
Fonte: Extraído do I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 2024.

Dentre as informações do quadro anterior, as regiões com maiores ou menores percentuais estão as regiões Norte e Nordeste, podemos observar que cerca de 25% da população destas regiões que vivem com ¼ de Salário Mínimo Per Capita - SMPC, ou seja, R\$ 261,25¹⁶ mensais por pessoa. E quando se refere a mais de 1 SMPC a parcela da população cai para região do Nordeste de 10% e o Norte de 15%, valores baixos em relação à média brasileira e às demais regiões. A partir dos valores expostos podemos observar a distribuição dos percentuais dos níveis de SA e IA conforme a renda das famílias brasileiras. Conforme os gráficos a seguir.

¹⁵ SMPC = Salário Mínimo Per Capita.

¹⁶ Cálculo simples realizado de acordo com o Salário Mínimo em 2020. Brasil. Passa a vigorar salário mínimo de R\$ 1.212, que vai ser avaliado pelo Congresso. Disponível em: <[48](https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/01/03/passa-a-vigorar-salario-minimo-de-r-1.212#:~:text=No%20primeiro%20ano%20da%20nova,fevereiro%2C%20em%20R%24%201.045.>.>. Acesso em: 16 de nov. de 2023.</p>
</div>
<div data-bbox=)

Gráfico 2 - Distribuição percentual dos níveis de Segurança/Insegurança Alimentar segundo as categorias de renda familiar mensal per capita.



Fonte: Extraído do I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 2024.

Observa-se a relação entre renda familiar e SA e os graus de IA. A porcentagem de IA Moderada e IA Grave decai conforme o aumento dos rendimentos familiares. De acordo com os gráficos observamos que quem possui renda de até ¼ de SMPC encontra-se em maior grau de IA Grave, 22,8%, e este dado decai conforme o aumento da renda, para quem ganha mais de 1 SMPC este percentual está em zero, ou seja, sem sujeitos em IA Grave. Por outro lado, a renda familiar de quem ganha mais de 1 SMPC possui índice de SA em 76,6% e da população que vive com até ¼ de SMPC somente 14,8% deste grupo encontra-se em SA.

Do acesso aos programas de assistência e que representa a disparidade entre as grandes regiões destacam-se os dados relativos ao acesso ao Programa Bolsa Família.

Tabela 3 - Distribuição proporcional de programas sociais acessados pelo(a) responsável pelo domicílio.

Bolsa Família	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	Nordeste (%)	Norte (%)	Sudeste/Sul (%)
Sim	21,3	20,0	33,4	31,5	14,8
Não	78,1	77,8	65,2	67,8	85,2
Tentou, mas não conseguiu	0,5	2,2	1,2	0,8	-

Fonte: Extraído do I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 2024.

No quadro anterior podemos observar o acesso dos brasileiros ao Bolsa Família. Dentre as regiões com maior acesso estão as regiões do Nordeste e Norte e essas populações tinham, respectivamente, 33,4% e 31,5%, este fato acompanha outros, por exemplo, são estas regiões que possuem as menores rendas familiares e os maiores índices de IA quando analisados pela ótica da desigualdade econômica/salarial.

Em adição ao fator de renda dos brasileiros existem outras condições que afetam a SA/IA e que caracterizam o perfil dos brasileiros em situação de insegurança. Em relação às faixas etárias analisadas, sendo elas de *18 a 49*, *50 a 64* e *65 anos ou mais* o percentual de IA esta, proporcional à população da faixa etária, com maior presença na população de 18 a 49 anos, sendo deste grupo, cerca de 58,5% experienciam algum grau de IA. Em comparação às outras faixas este valor está, respectivamente, em 57,3% e 46,8%. Associado a isso, existe uma disparidade de gênero no que corresponde a IA e os diferentes graus. Dos brasileiros do sexo masculino possuem uma taxa de IA em 47,5% e em relação ao sexo feminino este percentual sobe para 64% em algum grau de IA (Rede PENSSAN, 2021).

Brasileiros com menor escolaridade, neste caso, *Sem Escolaridade/Fundamental Incompleto* correspondem a 59,8%, deste grupo, em IA. Esta taxa diminui quanto maior a escolaridade; o nível de IA para o grupo com *2º Completo/Superior ou mais* corresponde a 47,3%. A IA Grave diminui conforme o maior nível de escolaridade, do grupo em *Sem Escolaridade/Fundamental Incompleto* esse percentual está em 14,7%, para os grupos em *Fundamental Completo/2º Incompleto* e *2º Completo/Superior ou mais* esse percentual muda para, respectivamente, 10,4% e 4,7% (Rede PENSSAN, 2021).

Em relação ao fator de raça/cor, os grupos mais afetados são a população preta/parda. A população branca possui percentual de segurança alimentar elevado em comparação a população preta/parda, estes percentuais encontram-se, respectivamente, em 49% e 40%. Cerca de 59,2% da população preta/parda se encontra em algum nível de insegurança alimentar. Este percentual, proporcional à população branca, estava em 51% inserido em insegurança alimentar. Minuciando estes dados, a população preta/parda encontra-se em maior percentual em IA Grave, cerca de 10,7% desta população está neste nível, em comparação a população branca, este valor encontra-se em 7,5% (Rede PENSSAN, 2021).

A partir do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (2022), produzido de 2021 a 2022, podemos acompanhar um crescimento no número de brasileiros em situação IA.

Tabela 4 - Distribuição do número dos moradores (por mil habitantes) por condição de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar. Brasil e localização dos domicílios (urbana e rural). II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

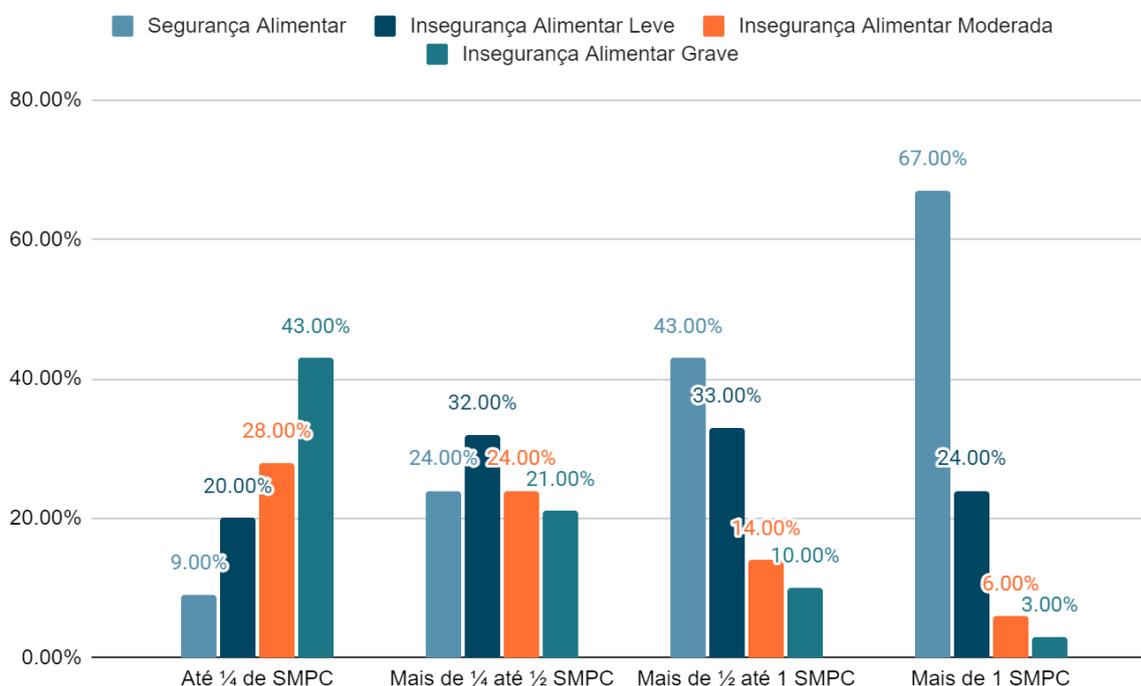
Macrorregiões	Total	Total de Jovens (IBGE, 2022 em %)	Segurança Alimentar	Insegurança Alimentar Leve	Insegurança Alimentar Moderada	Insegurança Alimentar Grave
Brasil	213.317	22,31%	88.160	59.667	32.387	33.103
Grandes Regiões						
Norte	18.907	25,93%	5.370	4.991	3.687	4.859
Nordeste	40.622	23,27%	18.444	17.047	10.051	12.127
Centro-Oeste	16.707	23,16%	6.766	5.196	2.590	2.155
Sudeste/Sul	119.916	42,46%	57.737	32.290	15.845	14.044
Zona Residencial						
Urbana	182.806	83,5%	77.158	51.031	27.212	27.405
Rural	30.513	16,5%	11.032	8.635	5.165	5.681

Fonte: Organizado pelo autor com base no II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 2024.

Podemos acompanhar um crescimento no número de brasileiros em situação de IA, em 2021 foram mais de 116 milhões de brasileiros (Quadro 6) para mais de, em 2022, 125 milhões de brasileiros em situação de IA (Quadro 9). Ademais, o número de habitantes em IA Grave passa de 19 milhões em 2021 (Quadro 6) para mais de 33 milhões de pessoas passando fome em 2022 (Quadro 9). A região com maior percentual, proporcional a população, de SA se mantém a região Sudeste/Sul, cerca de 48% da população está inserida em SA. Em contrapartida, a região Norte se mantém com o menor percentual de SA, aproximadamente, cerca de 28% da população nortista está em SA. Em relação a IA Grave, as regiões Norte e Nordeste lideram com percentuais, respectivamente, 25% e 29% proporcional a população de cada região. Enquanto, as regiões Sudeste/Sul e Centro-Oeste mantêm percentuais próximos a 10%. Além disso, a população localizada em áreas rurais são as mais afetadas com IA Grave, cerca de 18% da população rural vive nesta condição e nas áreas urbanas este percentual está em 14% da população vivendo em situação de fome.

No que se refere a condição financeira dos brasileiros existe um aumento na IA relacionado a renda quando comparado o I ao II Inquérito de Insegurança Alimentar no contexto da pandemia por Covid-19, realizados, respectivamente, nos anos de 2020 e 2021/2022.

Gráfico 3 - Distribuição percentual dos níveis de Segurança/Insegurança Alimentar segundo as categorias de renda familiar mensal per capita.



Fonte: Extraído do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 2024.

Podemos observar que existe uma rápida mudança de percentuais de dados de 2020 para 2021/2022, dos brasileiros que vivem com rendimentos de até ¼ de SMPC apresentam uma mudança mais expressiva, de 2020 passou de 22,8% para 43% desta população em IA Grave, este aumento ocorre até mesmo para indivíduos que recebem mais. No I Inquérito (2020) o percentual de sujeitos que recebem mais de 1 SMPC em situação de SA estava em 76,6%, entretanto, conforme o II Inquérito este percentual passa para 67%, outra mudança marcante para este grupo está na ocorrência de famílias em situação de IA Moderada e Grave, sendo que não foi constatado pela primeira pesquisa e, a partir do II Inquérito, há presença de 9%, da população que recebem mais de 1 SMPC, situados em IA Moderada e Grave.

No que concerne à faixa etária, o II Inquérito apresenta a seguinte tabela.

Tabela 5 - Distribuição percentual da condição de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar nos domicílios, segundo a presença de moradores em diferentes faixas de idade, Brasil. II VIGISAN-SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

Composição das Famílias	Segurança Alimentar (SA) E níveis de Insegurança Alimentar (IA)			
	SA (%)	IA Leve (%)	IA Moderada (%)	IA Grave (%)
Somente adultos	25,9	25,9	13,2	13,5
Com 1 morador até 18 anos	41,1	29,4	14,7	14,8
Com 2 moradores até 18 anos	31,3	29,3	19,2	20,2
Com 3 ou mais moradores até 18 anos	17,5	31,6	25,2	25,7

Fonte: Extraído do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 2024.

Atentamos ao fato da crescente da IA Grave, quanto mais sujeitos de até 18 anos na composição das famílias. Das famílias compostas por somente adultos 13,5% encontram-se em IA Grave, em contrapartida, nas famílias compostas por 3 ou mais moradores de até 18 anos a IA Grave está presente em 25,7%. Este dado agrupa, além de jovens, a presença de adolescentes e crianças, todavia, há presença juvenil. Para mais, o II Inquérito reforça a existência da desigualdade de gênero no que tange acesso à alimentação. Dos lares chefiados por homens a SA estava em 46,6%, enquanto que, os lares chefiados por mulheres a SA estavam somente em 35,9%. Outro dado que apresenta a dimensão da questão de gênero são os números relativo a IA Grave, são as mulheres mais afetadas e que se encontram em situação de fome, cerca de 19,3% dos lares chefiados por mulheres se encontram nesta situação, entretanto, quando se refere a homens este número cai para 11,9% (Rede PENSSAN, 2022). Segundo o Inquérito de 2021/2022 da população preta/parda cerca de 65% encontrava-se em algum grau de IA. No entanto, 53,2% da população branca encontrava-se em situação de SA.

De modo geral, podemos compreender que os brasileiros em situação de IA são em sua maioria famílias chefiadas por mulheres, pessoas pretas/pardas e com baixa escolaridade. Essa desigualdade decorre de processos históricos como a escravidão, segregação e discriminação que acabam resultando em estruturas persistentes na sociedade contemporânea e refletindo no acesso ou exclusão de direitos, por exemplo, o acesso a alimentação plena, visto que é garantido constitucionalmente. Tanto as questões da Insegurança Alimentar quanto da pobreza estão presentes nas 5 grandes regiões brasileiras e nas áreas urbanas e rurais, entretanto, estas questões se fazem presentes, principalmente e proporcionais às populações regionais, nas regiões Norte e Nordeste e nas áreas rurais. São estes grupos e localidades que ficam mais evidentes questões sociais. Por exemplo,

analisando o período de pandemia por Covid-19 podemos observar um ligeiro agravamento da questão da Insegurança Alimentar que extrapola os limites da infecção, são nestes momentos em que fica evidente o descumprimento e desrespeito do governo em relação agenda alimentar, a ação de extinguir o CONSEA e o Programa Bolsa Família refletem neste cenário de aumento da IA e da volta do país ao mapa da fome. O cruzamento de dados em relação à IA e os jovens inseridos neste contexto se torna uma tarefa difícil. Entretanto, Gamalho (2023) comenta sobre a questão de interseccionalidades, como gênero, cor/raça, pertencimento espacial, entre outros e analisando quem são os sujeitos em sua maioria vivenciando a fome são pessoas pretas/pardas, mulheres e com baixa escolaridade podemos relacionar que são estes jovens que, possivelmente, estarão inseridos neste contexto IA. Scherer (2018) comenta sobre a questão do juvenicídio, que neste caso refere-se a interrupção abrupta e violenta de vidas de jovens por meio de homicídios, dessa forma, fazendo um paralelo, podemos compreender a fome como uma violência silenciosa ou como considerada por Castro (2022) como uma ação nefasta que atinge milhões de brasileiros, entre eles, jovens.

4.2 ESTADO DO CONHECIMENTO

Para a construção do Estado do Conhecimento foram encontrados 43 trabalhos de conclusão de curso (TCCs) a partir dos descritores em torno de “Jovens” e “Fome”. No entanto, no decorrer da busca por trabalhos que estivessem inseridos dentro da temática investigada ficou perceptível a dificuldade de encontrar trabalhos que se propunham a discorrer sobre juventudes e insegurança alimentar e mesmo que a maioria dos títulos e resumos não tragam expressões relacionadas às “juventudes”, o público-alvo das investigações envolveu a categoria “jovem” no escopo do trabalho. Deste modo, foram selecionados 9 TCCs mediante a identificação de termos correlacionados entre “Jovens” e “Fome”.

Quadro 6 - Título do Trabalho, Autoria, Orientação, Curso e Ano de Publicação dos Trabalhos de Conclusão de Curso selecionados.

Título do Trabalho	Autoria	Orientador/a	Curso	Ano de Publicação/Instituição
Programa Bolsa Família e Segurança Alimentar e Nutricional: Contribuição do Programa aos Agricultores Familiares Beneficiados no Município de Camargo-RS	FAVERO, Lucia Fioravango Pinto	CONTI, Irio Luiz	Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural	2011/UFRGS
Implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: A experiência no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	ALVES, Maria Carolina Pereira	PEREIRA, Lucelia Luiz	Serviço Social	2013/UnB
A Merenda Escolar como Política Pública de Combate a Fome e a Insegurança Alimentar na Região Administrativa da Samambaia	SILVA, Deliane Rodrigues da	GOMES JUNIOR, Newton Narciso	Serviço Social	2016/Unb
Limites e Possibilidades do Sistema de Proteção Brasileiro Vigente	ROSA, Alexandre Silveira da	COSTA, Ana Paula Motta	Direito	2017/UFRGS
A Influência de Jogos de Computador nos Comportamentos, Hábitos e Escolhas Alimentares em Adolescentes e Jovens Adultos: Uma Revisão Sistemática	SAGAE, Caio Henrique da Silva Barbosa	KHANDPUR, Neha	Nutrição	2020/USP
Acesso a uma Alimentação Adequada e Saudável pela População em Contexto de Vulnerabilidade Social no Município de São Paulo	SPROESSER, Giovanna Bifulco; KUDO, Isabelle Yukari	DI GIULIO, Gabriela Marques	Nutrição	2020/USP
Preparação dos estudantes para provas externas: realidades distintas	BORZZATTO, Anderson Dallavale	COSTELLA, Roselane Zordan	Geografia	2021/UFRGS
Da possibilidade de Manutenção do Auxílio Emergencial à Viabilidade de Implementação de uma Renda Básica no Brasil	GOULART, Julia Ferreira	LAZZARIN, Sonilde Kugel	Direito	2021/UFRGS
O Trabalho do/a Assistente Social junto à População Situação de Rua: Limites e Possibilidades de Proteção Social	JORGE, Luana Carminatti	MARTINELLI, Tiago	Serviço Social	2022/UFRGS

Fonte: Organização Autor, 2024.

Uma primeira observação acerca da distribuição dos trabalhos selecionados pela instituição revela que a UFRGS se destaca com 5 trabalhos, seguida pela Unb e USP, ambas com dois trabalhos cada. Vale ressaltar que os trabalhos abrangem o período de 2011 a 2022. Quanto às áreas de concentração, o curso de Serviço Social lidera com três publicações, seguido pelos cursos de Direito e Nutrição, ambos com dois trabalhos cada. Por fim, Geografia e Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural apresenta, uma publicação cada.

Quadro 7 - Relação de Trabalho, Objetivo e nº de ocorrências de termos relacionados a “juventudes”.

Autoria	Título	Objetivo	Nº ocorrências
Favero (2011)	Programa Bolsa Família e Segurança Alimentar e Nutricional: Contribuição do Programa aos Agricultores Familiares Beneficiados no Município de Camargo-RS	Analisar as famílias beneficiárias do PBF, por meio do entendimento do funcionamento do Programa Bolsa Família em relação à segurança alimentar e nutricional de agricultores familiares beneficiados no município de Camargo-RS	12
Alves (2013)	Implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: A experiência no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Conhecer como o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS implementa as ações sob sua responsabilidade no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM	8
Silva (2016)	A Merenda Escolar como Política Pública de Combate a Fome e a Insegurança Alimentar na Região Administrativa da Samambaia	Discutir a Alimentação Escolar como um fator essencial para a Segurança Alimentar e a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada, destacando os seus impactos quando aliada à Agricultura Familiar	22
Rosa (2017)	Limites e Possibilidades do Sistema de Proteção Brasileiro Vigente	Verificar quais os limites e possibilidades do sistema de proteção vigente no Brasil	327
Sagae (2020)	A Influência de Jogos de Computador nos Comportamentos, Hábitos e Escolhas Alimentares em Adolescentes e Jovens Adultos: Uma Revisão Sistemática	Avaliar a influência dos jogos de computador nos comportamentos, hábitos e escolhas alimentares em adolescentes e jovens adultos entre 12 e 30 anos de idade, através de uma revisão de evidências secundárias publicadas de 2005 à 2020	28
Sproesser e Kudo (2020)	Acesso a uma Alimentação Adequada e Saudável pela População em Contexto de Vulnerabilidade Social no Município de São Paulo	Investigar a acessibilidade à alimentação saudável, considerando, particularmente, a problemática da vulnerabilidade social	15
Borzzatto (2021)	Preparação dos estudantes para provas externas: realidades distintas	Refletir sobre as diferenças entre escolas públicas e privadas na preparação dos seus estudantes para a realização de uma prova externa	6
Goulart (2021)	Da possibilidade de Manutenção do Auxílio Emergencial à Viabilidade de Implementação de uma Renda Básica no Brasil	Investigação dessa viabilidade, partindo-se do método dedutivo e utilizando-se como base a revisão bibliográfica da produção doutrinária, a pesquisa documental e a análise da legislação pertinente e dos projetos de lei em tramitação referentes ao tema	13
Jorge (2022)	O Trabalho do/a Assistente Social junto à População Situação de Rua: Limites e Possibilidades de Proteção Social	Abordar o trabalho do/a Assistente Social junto à População em Situação de Rua, e os limites e possibilidades da proteção social	13

Fonte: Organização Autor, 2024.

Diante disso, associando os termos da nuvem de palavras (Figura 1) e a ocorrência de palavras que remetem ao campo de juventudes foram definidas 3 categorias, sendo elas: (a) *Políticas*, (b) *Vulnerabilidade* e (c) *Segurança Alimentar*. Mesmo que sendo categorias, por vezes, próximas e, em alguns momentos,

transversais, se faz necessário para compreender a situação e inserção dos jovens nos trabalhos selecionados.

A categoria (a) Políticas agrupam termos como *Medidas socioeducativas, Políticas Públicas, Bolsa Família, Pobreza, Direitos Humanos e Auxílio Emergencial*. São termos que apresentam a intencionalidade de alguns trabalhos em discutirem sobre políticas de assistência, além disso, marca períodos de tempo específico, como por exemplo, a pandemia por Coronavírus, momento em que há interrupção de várias ações de assistência. Os jovens aparecem como sujeitos da pesquisa, e muitas vezes, como assunto tangencial das temáticas trabalhadas. (Favero, 2011; Alves, 2013; Silva, 2016; Rosa, 2017; Sproesser e Kudo, 2020; Goulart, 2021; Jorge, 2022).

A categoria (b) Vulnerabilidade abrange palavras como *Situação de Rua e Fome* que representam pesquisas que abordam grupos sociais em vulnerabilidade social e que, em alguns casos, vivenciam a realidade da fome. Neste caso, é recorrente a presença de jovens nesta situação. (Alves, 2013; Silva, 2016; Rosa, 2017; Sproesser e Kudo, 2020; Borzatto, 2021; Jorge, 2022).

Para categoria (c) Segurança Alimentar compreende expressões tais como *Soberania Alimentar e Nutricional, Alimentação Escolar, Hábitos Alimentares e Direito humano à Alimentação Adequada* são termos que remetem a trabalhos da importância da merenda escolar e relação de jovens estudantes com a questão da alimentação (Silva 2016; Borzatto, 2021; Sagae, 2020).

Enquanto aos resultados e contribuições dos trabalhos selecionados estão exemplificados a seguir.

Favero (2011) analisa o entendimento do funcionamento do Programa Bolsa Família por meio de entrevistas com agricultores familiares beneficiados no município de Camargo/RS e qual relação com segurança alimentar e nutricional a esses sujeitos. Entre as principais contribuições do trabalho podemos destacar que o programa funciona em parte para estas famílias. Entretanto, no que toca à Segurança Alimentar e Nutricional, tais agricultores alegam que o programa auxilia na complementação da renda e, conseqüentemente, para a segurança alimentar. Na pesquisa são poucas menções aos jovens, que aparecem inseridos numa das inconsistências do programa constatadas pelas famílias beneficiadas. Por exemplo, a demora no reconhecimento de jovens com idade de 16 anos, visto que o valor a ser recebido muda conforme a idade dos beneficiários.

Alves (2013) investiga como o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS implementa as ações sob sua responsabilidade no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM. E entre os principais resultados destaca-se a ação de comitês para prestação de contas e execução do Plano e implementação de futuras ações para o alcance dos objetivos do Plano. As jovens mulheres recebem grande destaque neste trabalho visto que representam um grupo majoritário no Brasil e destaca os desafios enfrentados pelas jovens brasileiras, como longas jornadas de trabalho, estudos e cuidados da família. E a questão da alimentação, seja o acesso e qualidade, faz parte políticas que se relacionam e inserem no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Silva (2016) faz uma discussão sobre a merenda escolar como essencial para a Segurança Alimentar e a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada, destacando os seus impactos quando aliada à Agricultura Familiar. Entre as conclusões do trabalho recebe ênfase a importância do PNAE para as regiões de maior vulnerabilidade social. Entretanto faz ressalvas em relação a ação do Estado em atuar em prol do desenvolvimento de iniciativas que pensem no combate à fome.

Rosa (2017) em seu trabalho observa quais os limites e possibilidades do sistema de proteção vigente no Brasil. No que refere à conclusão podemos observar uma atenção voltada a crianças e adolescentes e pontuar a necessidade de sistemas de proteção que sejam voltados a possibilitarem condições a estes sujeitos que desenvolvam suas potencialidades. Mas antes mesmo, faz uma recapitulação de como crianças e adolescentes são afetados por estereótipos, que advém de processos históricos e sociais, que acabam afetando o seu modo de vida.

Sagae (2020) faz uma análise do impacto dos jogos de computador nos comportamentos, hábitos e escolhas alimentares de adolescentes e jovens. Em suas conclusões, destaca-se a mudança nos comportamentos alimentares destes sujeitos. Além disso, o estudo constata que os jogos exercem influência na memória destes sujeitos.

Sproesser e Kudo (2020) investigam a acessibilidade à alimentação saudável, considerando, particularmente, a problemática da vulnerabilidade social. Um trabalho realizado a partir da realidade da cidade de São Paulo e por meio da análise dos programas e ações foi possível observar a redução das desigualdades e melhoria das condições de acesso à alimentação saudável pela população em situação de

vulnerabilidade social. Todavia, destaca-se a falta de articulação entre os setores da gestão pública e o impacto da pandemia do novo Coronavírus no que acarretou na interrupção de ações que visavam na assistência deste grupo. Além disso, o trabalho faz uma separação e categorização dos grupos em diferentes níveis em situação de vulnerabilidade social e é recorrente a presença destes jovens nos mais diferentes níveis.

Borzatto (2021) realiza uma investigação sobre a diferença entre escolas públicas e privadas na preparação de alunos na realização de provas externas. Em resumo, a conclusão do trabalho aponta que existem diferenças na preparação dos estudantes entre escolas públicas e privadas, sendo essas diferenças, interligadas a escola, a sociedade e a família. A fome aparece em vários momentos, sendo mencionado pelos entrevistados, como parte da realidade de muitos estudantes de escola pública e que influencia em seus estudos e forma que vivencia a escola.

Goulart (2021) faz uma investigação e discussão sobre a manutenção do auxílio emergencial à viabilidade de implementação de uma renda básica no Brasil. Nas conclusões fica evidente que o Programa Bolsa Família foi um dos primeiros passos para a implementação de uma renda básica no país, mas existem algumas deficiências em tal programa, como exemplo, retomando, o reconhecimento de mudança de idade de jovens, visto que o valor muda quando o sujeito alcança 16 anos.

Jorge (2022) faz uma abordagem sobre o trabalho do Assistente Social junto à população em situação de rua, e os limites e possibilidades da proteção social. Em resumo, aponta que políticas voltadas para este segmento da população é essencial para reverter esse quadro e para que os indivíduos nesta condição reconheçam seus direitos. E a pesquisa apresenta a presença de jovens em situação de rua e os desafios enfrentados por eles.

Observamos o baixo número de trabalhos direcionados ao curso de Geografia; dos selecionados, apenas um (Borzatto, 2021). Além disso, nenhum dos trabalhos traz discussões centradas no campo das Juventudes. Os Jovens são citados nos trabalhos como um grupo de sujeitos, entre outros, nos quais o foco da discussão estava voltada à questão de vulnerabilidade social, proteção social e políticas públicas. E quando aparecem como centro da pesquisa, mesmo que não seja pela ótica das discussões do campo de pesquisa, a problemática da insegurança

alimentar/fome surge como assunto tangencial (Borzatto, 2021; Sagae, 2020). Dessa forma, podemos constatar por meio do Estado do Conhecimento que não há trabalhos de conclusão de curso voltados ao campo de Juventudes que tragam como discussão a questão da insegurança alimentar/fome. Embora essa temática apareça nos trabalhos, é apenas uma parte pequena de todo o trabalho. Não temos, a partir dos trabalhos, uma compreensão abrangente da dimensão social, identitária, geográfica e política da problemática da fome, o que torna esse trabalho inédito em seus objetivos.

4.3 ENTREVISTAS

4.3.1 Dos Jovens em Insegurança Alimentar

O uso de entrevistas como procedimento metodológico permitiu uma investigação aprofundada em relação a quem são os jovens em situação de insegurança alimentar a partir das experiências de especialistas da área de juventudes. Foram convidados três professores e pesquisadores do campo de juventudes, sendo eles, Juliana Vargas Ribeiro, Leandro Rogério Pinheiro e Nola Patricia Gamalho, a escolha decorre de suas experiências e trabalhos desenvolvidos voltadas a analisar e discutir assuntos como: Juventudes Periféricas; Jovens Mulheres; Jovens e Maternidade; Cotidianos; Socialização/Individualização; Educação Antirracista; Ações Coletivas e; Espaço Geográfico. As entrevistas foram realizadas em modalidade online com a duração aproximada de 1 hora. Além disso, todos os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) permitindo o uso de suas respostas para a construção dos resultados.

Em busca de compreender quem são os jovens em situação de insegurança alimentar/fome, a primeira questão: *A partir de sua trajetória, qual perfil seria o de jovens em situação de maior vulnerabilidade social? Estariam eles/as em insegurança alimentar?*. As respostas permitiram traçar um perfil de quem seriam os jovens em maior vulnerabilidade social e, conseqüentemente, alimentar, observamos que os sujeitos mais suscetíveis são os de periferias. Segundo a fala do professor Leandro:

“[...] as periferias, que são nelas que concentram os marcadores de desigualdade, onde tem muita gente passando fome nessas localidades.” - Leandro Pinheiro

Ao analisar a fala das professoras e do professor ficou perceptível que são as periferias que emergem como cenários de maior contingente de jovens em vulnerabilidade social e, muito desses, em situação de insegurança alimentar. Esse

fato vai de acordo como apresentado por Ramos (2018) que a modernidade, para além do continente europeu, é marcado pelo desenvolvimento baseado na conquista, colonização e integração de países ao mercado mundial, como o Brasil, no qual resultou em consequências históricas sobre os segmentos subalternos como o desemprego, a marginalidade, a discriminação, a pobreza, entre outros. Associado a isso, podemos adicionar a questão da insegurança alimentar e para que não prevaleça seu estado mais grave, muitos dos jovens periféricos se põem em trabalhos informais. Segundo a narrativa da professora Juliana, com base em sua trajetória profissional, comenta que:

“Me recordo da minha experiência de professora, por exemplo, na Vila Dique que fica atrás do aeroporto, que nos meses de final de ano, a gente tinha os esvaziamento das turmas porque as famílias se movimentavam para buscar trabalho, fosse no mercado, na praia, na arrumação de casas na praia, esses serviços mais precarizados, mas que empregavam desde o ‘gurizinho’ de 10 anos até o jovem de 18,19, 20 anos.” - Juliana Vargas

A partir do relato conseguimos enxergar a precariedade que circula nas periferias, observamos que jovens periféricos são inseridos precocemente no mundo do trabalho. Essa inserção se deve, em muitos casos, para a complementação de renda das famílias dos estudantes, visto que existe uma movimentação familiar. Quando perguntada sobre o trabalho que estes jovens desenvolvem dentro de tal localidade, a professora comenta que:

“É uma população de crianças e jovens que trabalham basicamente no entorno da Ceasa, não carregando frutas, talvez os maiores carregam frutas, as crianças e os pouco mais velhos trabalham fazendo e arrumando caixas de frutas e ganhando centavos por este trabalho. Poderíamos dizer que é um trabalho analogo a escravidão, porque, é muito trabalho para uma baixa remuneração. Também trabalhavam arrancando capim para alimentar cavalos de carroceiros e caminhoneiros.” - Juliana Vargas

A precariedade do trabalho apresentado pela professora vai ao encontro do que foi dito por Tommasi e Corrochano (2020, p. 354) de que:

[...] os problemas ligados ao mundo do trabalho, tanto no que diz respeito à sua ausência (os índices de desemprego entre os jovens sempre são sensivelmente maiores do que entre a população em geral), ou presença como trabalho informal, mal remunerado, de baixa qualificação, como, ainda, com respeito ao cotidiano dos jovens, especialmente a necessidade de conciliar estudos, trabalho e vida familiar.

O trabalho faz parte de uma das dimensões da experiência juvenil. Entretanto, quando visto as condições de trabalho de jovens de periferias enxergamos a precariedade, a falta de profissionalização e remuneração digna. Observamos que a

inserção, mesmo que precária, de jovens ao mundo do mercado de trabalho significa uma tentativa de distanciar da fome/insegurança alimentar grave e moderada (torna-se uma questão de sobrevivência), não significa que este jovem não esteja inserido num contexto de insegurança, neste caso, nutricional. Um dos pontos que ganha destaque a partir dos entrevistados, são as condições nutricionais de jovens de periferias em trabalhos informais. Como mencionado pelas professoras Juliana e Nola:

“[...] com esta venda (mão-de-obra) há complementação para a não efetividade da insegurança alimentar, mas esse jovem não tem uma alimentação plena, não tem uma alimentação que consiga fornecer, por exemplo, uma vida mais saudável. É muito complicado porque vivemos numa sociedade onde o pacote de bolacha é muito mais barato que um 1 kg de maçã. Ter uma alimentação variada, com nutrientes, se torna muito caro para todo mundo e para quem está em vulnerabilidade social mais ainda, e destes, crianças e jovens acabam sendo bem mais atingidos.” - Juliana Vargas

“[...] a população mais vulnerável, tem uma alimentação que não é rica em nutrientes, ela é muito rica em carboidratos e gorduras saturadas, deste modo já vem a importância da merenda escolar, alimentação escolar equilibrada, com nutricionistas.” - Nola Gamalho

A má remuneração pelo trabalho realizado cria uma barreira significativa que compromete a garantia ao acesso a alimentos saudáveis. Ao analisar as palavras da professora Juliana podemos entender a lógica perversa do capitalismo, os jovens de periferia possuem uma relação de proximidade a alimentos considerados adequados a questão nutricional, mas devido a sua má remuneração das atividades desempenhadas por eles, se cria uma barreira que distancia os jovens e impossibilita que consomem tais alimentos.

A professora Nola acrescenta, além da questão nutricional, a importância da merenda escolar para jovens, como uma das formas de promoção à alimentação saudável. Embora a alimentação escolar seja uma medida crucial para solucionar a problemática da fome, salientamos que esta deve andar em conjuntos com políticas públicas e ações que visem garantir a segurança alimentar em curto e longo prazo e que coloque a realidade e os desafios enfrentados por segmentos sociais mais vulneráveis, neste caso, jovens periféricos, como centro da questão para remediar a realidade da insegurança alimentar.

4.3.2 A fome no campo das Juventudes

Por meio da segunda questão realizada aos entrevistados, “*A fome (insegurança alimentar) interfere no modo de socialização das juventudes? E como este tema se insere dentro do campo de pesquisa? Você percebe a produção científica sobre isso?*”, permitiu que fosse observados pontos em comuns entre as respostas. Por exemplo, a partir das narrativas embasadas em suas trajetórias acadêmicas, os participantes constataram que há lacunas em relação a produções científicas dentro do campo de juventudes que abordam temáticas como fome/insegurança alimentar. Conforme a fala dos professores:

“[...] foi um tema que eu nunca fui buscar, mesmo trabalhando com a questão das periferias, eu não pesquisei. [...] Acredito, que sim, que existam dados, dados estatísticos, existam pesquisas sobre o tema, mas talvez, elas não cheguem onde deveriam chegar. Aí não é um problema do campo de pesquisa, mas do mundo acadêmico de modo geral. - Juliana Vargas

“[...] achei esse recorte original. Mas eu não conheço pesquisas de quem passa fome na questão de socialização, na integração dos indivíduos. A gente sabe de outras áreas, como na nutrição, que há uma influência na atenção e concentração na escola, além dos riscos óbvios como morte. Mas pesquisas dentro, especificamente, os efeitos na socialização não vejo. - Leandro Pinheiro

Analisando o que foi dito pelos pesquisadores podemos compreender que não se tem trabalhos que façam o cruzamento entre a problemática da fome com dinâmica de socialização dos jovens. Anterior a isso, o que reforça o que foi enunciado, o Estado do Conhecimento nos indica o tratamento que este fenômeno, a fome, recebe na área acadêmica, aparecendo como um assunto tangência às temáticas abordadas pelos trabalhos analisados. Quando esta temática aparece em pesquisas, são voltadas a tratarem sobre os efeitos imediatos da fome, como a questões de saúde e efeitos físicos no corpo humano. Ademais, para a construção deste trabalho fica evidente a ausência de publicações no que concerne a insegurança alimentar na socialização de jovens.

Os pesquisadores entrevistados indicam a existência de dados no que tange tal problemática, mas o modo que estas informações são analisadas não abrangem a dimensão social do assunto. Isso nos remete a ideia de que a abordagem em relação a pauta de insegurança alimentar está voltada a questões nutricionais quando vistas pela academia. Contudo, não se faz desnecessário tal análise, mas se apresenta como urgente a necessidade de um olhar acadêmico voltado a debater a amplitude

do assunto na construção identitária e modo de vida dos jovens inseridos neste contexto.

Em suma, os pesquisadores apontam a influência na socialização dos jovens. Entretanto, a temática se apresenta com potencial de preencher as complexas lacunas no que respeita à insegurança alimentar e a socialização para jovens.

4.3.3 Jovens em situação de rua

A fim de situar espacialmente **onde** está presente a insegurança alimentar na realidade dos jovens, emergem, novamente, nas respostas dos entrevistados as áreas de periferias e em todas as dimensões da vida.

“Olha, principalmente, nas periferias.” - Nola Gamalho

“[...] essa dimensão interfere no rendimento na escola, no rendimento do trabalho, interfere nas tuas relações humanas, então, todas condições de vida. O alimento agrega.” - Juliana Vargas

Em relação à fala das professoras podemos enxergar a complexidade intrínseca à problemática da fome e nos sugerem que as periferias são o palco principal para manifestação deste fenômeno social. E é neste momento que surge um novo segmento social em que a insegurança alimentar está presente, que é na realidade de jovens em situação de rua. Ao comentar sobre a situação, o professor Leandro comenta sobre tal situação em Porto Alegre/RS:

“[,,] muita vezes, as pessoas administram a vida contando os mínimos recursos que tem para poder manter a mínima condição de vida, se isso não é insegurança alimentar no sentido mais estrito, tem uma insegurança marcada pela instabilidade humana que a população empobrecida sente, se dá uma crise econômica tem uma parte da população que passa fome. [...] Os moradores de rua são exemplos disso, em Porto Alegre, tem uma dinâmica, por exemplo, Porto Alegre tem concentrações nos bairros Menino Deus, Floresta e centro e essas pessoas têm mais facilidade de pedir dinheiro, comida, etc. - Leandro Pinheiro

Além da invisibilização social deste segmento, existe, de certa forma, uma invisibilização acadêmica no que se refere a jovens em situação de rua, na busca de trabalhos não encontramos significativas publicações que abordassem a temática de juventudes em situação de rua. Contudo, entendemos que jovens em situação de rua precisam lidar com a administração dos poucos recursos que detém.

Existem diversas formas de violência, além disso, é corriqueiro a associação de violências que envolvem adolescentes e jovens e, geralmente, a sociedade cria estigmas que “acaba por implicar numa série de carências e problemas [...]” (Pugliesi,

2018, p.290). Violação física, exploração do trabalho, sexual e tráfico são alguns dos exemplos de violências a que jovens de vulnerabilidade social são submetidos. Além disso, existe a violência simbólica produzida socialmente, se torna comum, a partir da visão adultocêntrica, a vinculação de vários problemas sociais às classes sociais de maior vulnerabilidade, assim, criando, como posto por Lopes *et al* (2008, p. 67), uma ‘cultura’ que estigmatiza essa população. Dessa forma, as situações que circulam os jovens em situação de rua implicam no modo de vida deles e acabam violando os direitos e a cidadania.

4.3.4 Da representatividade de Jovens em Situação de Insegurança Alimentar

Da questão *Como a eventual ação política de jovens frente à insuficiência ou precariedade das instituições interfere em seus cotidianos?* surgem das respostas dos entrevistados uma limitação da representatividade para jovens em situação de vulnerabilidade. De acordo com a professora Juliana:

“Acho que não há representatividade suficiente para estes jovens que vem das periferias e de situação de vulnerabilidade para o papel político. Para isso, precisa acabar com as necessidades básicas para pensar em outras coisas. Esse jovem tem que está bem alimentado, ele tem que ter casa, tem que não estar no mundo do trabalho para estar em outro espaço. Nisso, em geral, das periferias se torna difícil. Vamos pensar, quais são as representações políticas dentro da universidade? Quem tem tempo para esse trabalho.” - Juliana Vargas

Analisando a fala da entrevistada podemos vislumbrar a dificuldade de jovens periféricos de terem figuras representativas e de se fazerem representados devido a enorme necessidade de gerirem os setores de seu cotidiano, são jovens que precisam lidar, em muitos casos, com estudo, trabalho, família, entre outras situações. E quando estão situados em insegurança alimentar este quadro tende a se agravar. Entretanto, os entrevistados colocam que nascem movimentos coletivos para suprir essa falta de representatividade, e que possuem grande participação juvenil, e que levam esses sujeitos a se posicionarem diante da insuficiência da ação do Estado.

“[...] tem mobilização juvenil. Por exemplo, a cozinha solidária ali na Azenha de Porto Alegre tem uma participação muito expressiva de jovens, politicamente interessados, politicamente engajados. O MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) que coordenaram a cozinha, lá é uma dinâmica interessante, que se preocupa, porque o momento da oferta da comida também fosse um momento de acolhida dessas pessoas de se sentirem mais dignas e falarem de política; o movimento Hip Hop, principalmente, em Esteio recolheu muitas cestas básicas para doação, há iniciativa quando a juventude consegue ter uma organização coletiva.” - Leandro Pinheiro

“Entendo que o quadro é diverso, e a gente tem antes da pandemia houve uma ocupação nas escolas, foi um movimento bastante forte neste sentido, enquanto jovem periférico, eles tem essa relação com a escola, sabemos que a escola é um espaço extremamente disciplinador, de conter, então embora existam manifestações, existam ações, e reivindicações, eu entendo que elas ainda são insuficientes dado o contexto e a precariedade, essa tomada de poder é algo que a própria instituição escolar não contribui para que ela se desenvolva, porém temos exemplos como as ocupações nas escolas.” - Nola Gamalho

“Ela é essencial [ação política de jovens], é a voz que se faz presente. E que pode fazer com que outros jovens também percebam a necessidade de lutar pelos seus direitos. Não colocaria como ‘necessidade’, mas possibilidade de luta por seus direitos, para conquistar aquilo que é por direito. Então, algo que ‘contamina’ o jovem ao outro, é uma voz que se faz representativa e empática, igual ao outro.” - Juliana Vargas

As narrativas dos entrevistados nos revelam que a ação coletiva de jovens potencializa suas lutas e reivindicações; e estas organizações coletivas juvenis estão presentes na história de lutas do nosso país, como no período da ditadura, e é nestes grupos que emergem valores e práticas que orientam novos rumos da sociedade (Corrochano; Dowbor; Jardim, 2018). É comum que os jovens periféricos não se reconheçam como parte deste momento visto que as representações em grande massa, do que é “ser jovem”, não condizem com suas realidades. E no momento que reconhecem pontos em comum, e se tem essa coletividade, mobilizam, em muitos casos, para suprirem as necessidades que são de responsabilidade do poder público e que surgem grandes movimentos sociais fortes e figuras politicamente engajadas.

4.3.5 Do acesso limitado às estratégias/táticas juvenis

Para entender os interesses culturais e como funciona o acesso para quem está em insegurança alimentar, a questão “*Quais são os interesses, lazeres, gostos de jovens em situação de insegurança alimentar? É possível afirmar que esses sujeitos possuem esses acessos?*” permitiu explicar a questão para os jovens.

“Acho que o acesso a cultura, a arte, aos espaços de lazer, reconhecidos pela sociedade, são mais precarizados para os jovens de periferias e para os jovens em insegurança alimentar. Existem custos. Senão o custo da participação é o custo do deslocamento. [...] Mas também podemos dizer que não tenha espaços de lazer, de entretenimento, de diversão, eu acho que eles criam, não tenho dados sobre isso, mas eles criam seus espaços de lazer, de condição, de sociabilidade. [...] eles criam esses espaços, dentro de seus territórios, a gente que desconhece esses espaços, mas tem as festas, os sons, as resenhas. Então, comentando sobre essa questão, a insegurança alimentar existe na periferia, mas a solidariedade também existe nestes espaços, muito mais do que em outros espaços.” - Juliana Vargas

Conforme a fala acima podemos observar que o acesso a serviços culturais e de lazer são mais distantes de jovens de periferias. Existem barreiras espaciais, como a distância entre residência e o serviço prestado, além do mais, existem as barreiras econômicas. Mesmo que seja garantido aos jovens por meio da Lei 12.852/2013 (Brasil, 2013) o direito à cultura, isso não significa que seja efetivamente realidade de todos os jovens brasileiros. Usamos a realidade de Porto Alegre como exemplo, as medidas da gestão do Prefeito Sebastião Melo na reformulação para acesso a meia-passageira estudantil criou uma burocratização na obtenção do benefício dificultando aos demais serviços. Entretanto, os jovens desenvolvem maneiras de contornar as dificuldades e alternativas para terem tais acessos.

“[...] há algum acesso, mas um acesso muitas vezes produzido pela própria agência, capacidade de articular alguma astúcia. Tem a pesquisa de uma orientanda minha de mestrado com jovens em situação de rua e uma das coisas que ela observava era que os jovens tentavam criar alternativas, não somente para se proteger mas também para algum consumo cultural. Então, elas criam essas alternativas, a gente não pode olhar para essas pessoas em vulnerabilidade somente a partir da ausência mais flagrante, elas passam fome, é lógico que é uma urgência quando estamos falando de fome, mas é impressionante como as pessoas criam formas de lidar com as coisas que a sociedade produz, apesar dos limites que elas vivem.” - Leandro Pinheiro

Fica perceptível que mesmo que jovens se encontrem em situação de insegurança alimentar buscam formas de acessar formas de sociabilidade e acabam criando alternativas, em grande maioria, dentro de seus territórios. Conforme Duran (2007), inspirada em Michel de Certeau, coloca que toda atividade humana pode ser considerada cultura, mas desde que tenha sentido para quem desenvolve tais práticas. E, de acordo com Vasques, Oliveira e Lacerda (2020) definem, a partir de Certeau, a diferença entre *Estratégias* e *Táticas*:

[...] as estratégias se associam à produção de um lugar que torna possível administrar as relações. Encontramos em Certeau (1998, p.99) “a estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio a ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças [...]”. Ao contrário disto, as táticas envolvem ações determinadas pela ausência de um lugar próprio. Para tanto agem devagar, aproveitando as ocasiões, subvertendo muitas vezes a ordem das coisas ao fazê-las trabalhar com fins e funções distintas daquelas para as quais foram criadas. (2020, p. 189).

Podemos considerar que os jovens em situação de vulnerabilidade alimentar e social desenvolvem táticas e estratégias ao analisarmos os cotidianos deles. Para exemplificar, as táticas permito-me colocar uma observação pessoal/profissional, presenciei estudantes de área de periferia de Porto Alegre, em meados de 2022 (com

as mudanças já vigentes da concessão do benefício de meia-passagem aos estudantes¹⁷), ao usarem o transporte público dividirem a mesma passagem, neste caso, os dois estudantes em questão se esforçaram e se espremeram entre as barras da catraca do ônibus para que não precisassem pagar mais uma passagem, portanto, podemos considerar que este acontecimento se configura como uma tática visto a necessidade imediata dos sujeitos de reverterem uma situação e contrariarem a lógica posta a eles. E ao mesmo tempo elaboram estratégias, no momento em que criam espaços para desenvolverem suas práticas, que em certa medida, são restringidas em outros espaços. Alguns exemplos são as praças, festas, ruas, entre outros, que servem para estes jovens como espaços de sociabilidade para que possam desenvolver suas práticas sociais, culturais, artísticas e políticas.

4.3.6 Do estigma a formação de identidade juvenil

A questão “*Você acredita que a insegurança alimentar interfere na construção identitária de jovens inseridos neste contexto?*” teve diferentes respostas. Dos entrevistados, dois comentam que, sim, a questão alimentar interfere na construção de identidade juvenil. Conforme dito por uma das entrevistadas:

“Acho que sim, acho que ela restringe as possibilidades de vida. Quem tem fome tem pressa, quem tem fome não consegue fazer muita coisa, quem tem fome quer matar sua fome. E isso vai ser sua prioridade, sempre.” - Juliana Vargas

Podemos relacionar a fala da professora com o que foi dito na introdução deste trabalho. Por exemplo, ao ver responsáveis ligando e indo até a escola em busca de alimentos percebemos que, provavelmente, estes sujeitos já haviam buscado outras alternativas para suprirem essa necessidade e para além do ato de ligar para uma instituição, esses sujeitos precisam enfrentar questões pessoais. Para muitos, o fato de precisarem de ajuda para subsistência pode representar uma vergonha, refletindo diretamente no modo de vida dessas pessoas.

Ao analisarmos a questão da fome podemos compreender como um dos tantos fenômenos sociais que estão nas periferias, que advém de processos históricos e sociais na formação destes espaços. A fome atinge os mais diversos grupos, entre

¹⁷ Nas investigações de Silva (2023) sobre a questão da mobilidade urbana para jovens estudantes do Ensino Médio pontua a dificuldade de obtenção do benefício devido às medidas da gestão atual. Além disso, coloca que uma expressiva redução de beneficiários, cerca de 77% no número de usuários.

eles, jovens periféricos. E é nas periferias que o processo de construção desses jovens estão marcados por contradições, levando-os a se considerarem ou não como jovens. Desse modo, o enxerto a seguir relata a questão dos estigmas no modo de vida dos jovens.

“Bom, podemos voltar neste tema interessante, a questão do estigma, a insegurança alimentar e as ausências que são percebidas. E vai começando formar estigmas conforme a relação com a população. E quando começamos a pesquisar e dialogar com as pessoas com seu local de moradia e seus bairros, aprendemos muito com elas, e aí, a impressão que tenho, existem vários componentes que vão construindo o dia-a-dia e que envolve a construção do preconceito e de autoestima e, de alguma maneira, a fome também. [...] O que eu quero dizer é que as pessoas carregam esses julgamentos nas costas e não é fácil se livrar deles.” - Leandro Pinheiro

Isso nos leva a primeira indagação, o termo *jovens de periferias* remete ao um estigma e que, por vezes, remete ao um conjunto de estereótipos que faz parte do imaginário de grande parte sociedade sobre as juventudes periféricas (ou até mesmo sobre a visão que os jovens constroem sobre eles mesmo). De acordo com Ramos (2018, p. 28):

Seguindo essa lógica, o estigmatizado, em geral, percebe de forma clara que, independentemente do que seja admitido pelos “outros”, eles, na verdade, não o aceitam e não se dispõem a manter com ele uma relação em bases igualitárias. Por outro lado, os padrões sociais por ele incorporados o tornam susceptível ao que é visto pelos “outros” como seu defeito, levando-o, inevitavelmente, a acreditar que está abaixo dos modelos de referência. Nasce, assim, a vergonha ao se dar conta de que um de seus atributos não é tolerado e pode imaginar-se como um não portador dele.

Sendo assim, os estigmas influenciam na construção de identidade e no modo de vida dos jovens, às vezes, como forma de emancipação do que é dito recorrentemente aos jovens periféricos ou, infelizmente, acabam atribuindo a si mesmo tais valores. Por exemplo, jovens de periferias relatam que em muitos processos seletivos são avaliados a partir das suas características pessoais e sociais estigmatizados, os avaliadores acabam observando a aparência, modo de vestir, comportamentos e o bairro que residem (Band Jornalismo, 2023). Todavia, são esses estigmas sociais que jovens encontram maneiras de manifestar suas realidades, geralmente, por música, arte e posicionamento político. Assim, observamos que os estigmas atribuídos pelos “outros” marcam a vida de jovem e que acabam colocando-os nessa posição de subjugação e que, conseqüentemente, afeta no seu sentimento de pertencimento.

4.3.7 Prospectiva para superação das barreiras da insegurança alimentar

A questão, *quais caminhos você considera como necessários para superar a insegurança alimentar? E como trabalhar com jovens que estão inseridos neste contexto?*, permitiu pensar em espaços e maneiras de sanar a questão da insegurança alimentar para jovens.

“[...] aprimorar as políticas públicas das merendas escolares, mas também políticas públicas de espaços de convivência de socialização destas juventudes em seus bairros e cidades, amplas para que eles tenham vários recursos ali.” - Nola Gamalho

Aparece como uma das medidas para contornar a situação é aprimoramento e ampliação de políticas públicas que tenham como foco a realidade de jovens, neste caso, periféricos, visto que são os em maior vulnerabilidade social e alimentar. Acredita-se que seja necessários esforços voltados a políticas que visem três dimensões, sendo elas, o trabalho, escola e saúde (alimentação).

As políticas voltadas à saúde e à escola devem ser analisadas e pensadas em conjunto, devido a compreensão que a questão da insegurança alimentar deve ser considerada com uma pauta de saúde. No que confere a legislação nacional, o Estatuto da Juventude, no art. 19, *O jovem tem direito à saúde e à qualidade de vida, considerando suas especificidades na dimensão da prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde de forma integral* (Brasil, 2013), o que não confere garantia a todos jovens brasileiros, pensamos na realidade de grande maioria dos jovens de periferia, especificamente, os quais estão em vulnerabilidade social e alimentar, estes sujeitos não possuem garantias ao acesso alimentação ou refeições ricas em nutrientes, como forma medida de suprir essa necessidade aparece as escolas como espaço de possibilidade e ponte entre os jovens e ao acesso alimentação. Kroth *et al* (2020, p. 4068-4069) consideram que a ingestão de uma dieta adequada possui um papel importante na promoção do crescimento físico e da manutenção da criança. [...] de extrema importância para as crianças garantirem boa saúde, além de apoiar o desenvolvimento escolar. E é neste cenário que surge a discussão sobre a importância da Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), datada a partir da década de 40 passou por diversas reformulações, entre elas, a Lei nº 11.947/2009 que coloca que a obrigatoriedade do investimento de no mínimo de 30% do recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE) para aquisição de produtos alimentícios provindos da Agricultura Familiar, implicando na diversificação alimentar

para os estudantes e no acesso alimentos regionais, além dos impactos que extrapolam os muros da escola, como a promoção de empregos e complementação de renda das famílias, apesar de existirem dificuldades para ação total do programa, o PNAE apresenta como uma política necessária ao desenvolvimento pleno de estudantes (Kroth *et al*, 2020).

Entretanto, existe o desencontro entre o direito à saúde e o direito ao trabalho. Como vimos anteriormente, para que não se tenha a efetividade da insegurança alimentar em seu estado mais grave, os jovens de periferias se colocam em trabalhos informais nos quais não lhe garantem profissionalização, proteção e remuneração justa, além disso, colocam-os em estado de insegurança alimentar nutricional. Dessa forma, ressalta a importância de políticas que pensem em estratégias para atenderem as demandas das periferias e que busquem o desenvolvimento saudável das juventudes.

Além da pauta das políticas públicas, surgem nas respostas à questão do trabalho coletivo. De acordo com os entrevistados:

“Inserindo os jovens em práticas coletivas para que possam desenvolver uma rede de sociabilidade que eles se sintam parte, potente, para que ele desfazer os efeitos do estigma e ao criar isso, também, criando outra narrativa de interpretação daquela realidade que está dada ali.” - Leandro Pinheiro

“Ah, é muito complicado. Primeiro que teríamos que pensar no trabalho de gente. Pensar em que espaços a insegurança alimentar precisa ser sanada. E diferentes espaços, pensar na escola, pensar nas práticas esportivas, pensar na assistência social. Enfim, diferentes espaços que estes jovens possam circular e que tivessem alimentos nestes espaços.” - Juliana Vargas

Ao analisar as falas percebemos que os entrevistados colocam a necessidade de uma unidade coletiva para que se tenha a potencialidade dos jovens periféricos. É na coletividade que os jovens conseguem encontrar apoio para superarem os estigmas e apresentarem suas realidades a partir de narrativas e, é nesta coletividade que surgem movimentos sociais, entre tantos exemplos, podemos colocar ação da Cozinha Solidária da Azenha, iniciativa solidária e assistencialista no município de Porto Alegre, inaugurada em 2022, que faz a distribuição de:

[...] refeições para trabalhadores em geral e para pessoas em situação de rua. Uma iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e com apoio, principalmente de pessoas integrantes de diversas áreas, a chamada sociedade civil organizada [...]. A Cozinha Comunitária está em prédio alugado e pretende servir, em média, 4,5 mil refeições por mês, de segunda a sexta-feira. (Porto Alegre, 2022).

Como posto pela professora Juliana, tais ações precisam de pessoas para prosseguirem e, neste caso, da cozinha, existe grande participação juvenil e figuras políticas que participam de movimentos políticos juvenis e que atendem os grupos populacionais mais vulneráveis.

Por fim, em relação às entrevistas, destacou-se a relevância desta ferramenta no desenvolvimento da pesquisa, contribuindo significativamente para compreensão da dimensão do fenômeno da fome para as/os jovens. As narrativas coletadas durante as entrevistas possibilitaram definir horizontes e criar discussões em torno das realidades enfrentadas por jovens inseridos no contexto de insegurança alimentar no Brasil.

4.4 CAMINHOS PEDAGÓGICOS

Dos procedimentos metodológicos anteriores surgiram caminhos e pistas de como trabalhar a problemática da fome a partir da realidade escolar. Mas para anteceder a discussão necessita-se compreender como as escolas de periferias são minadas de pautas sociais. A escola pode ser considerada, de acordo com Moreira, Santos e Gandin (2019, p. 2) como o “Estado dos pobres”, organizada como um posto do Estado para onde convergem ações de diversas áreas das políticas sociais, a escola sofre um processo de “desescolarização” (Peregrino, 2006), no sentido de a escola sendo menos escola. A culminância de pautas e ações dentro de escolas de periferias, em muitos casos, deve-se pelo fato que em muitas dessas localidades a escola é um dos únicos serviços do Estado que chega até as periferias, sendo assim, a fragilidade que atinge as famílias é transportada as salas de aula por meio dos alunos (Andreolla *et al*, 1995). Dessa forma, implicando na reformulação das práticas docentes e caracterizando a realidade das escolas. Apesar dos inúmeros dilemas que se manifestam na escola, são nestes espaços que surgem muitas das denúncias sociais.

As reflexões a seguir têm como base a fala da professora Juliana:

“É triste falar sobre professores que não entendem que essa dimensão é importante. “Ah, mas vem para escola só para comer?”, sim, vem pra escola só para comer. Sem comer ninguém faz nada. Eu preciso entender isso, preciso entender que isso é prioridade para poder pensar em viver e aprender formalmente.” - Juliana Vargas

A professora relata sua indignação em relação às falas preconceituosas que já teve que ouvir nos corredores da escola, em seu entendimento, ela coloca a questão da fome como uma pauta prioritária a ser trabalhada e discutida. Contudo, faz alertas em relação a construção de sua identidade docente:

“Eu falo isso, porque fui professora de periferia, ninguém fala nisso na formação de alunos. Ter vivenciado essas situações em sala de aula, ter trabalhado nestes espaços de periferias, me garantiu que eu tivesse esse conhecimento”. - Juliana Vargas

Podemos considerar que a construção da identidade docente tem contribuição significativa dos espaços escolares que circulamos, e que a realidade e a cultura escolar implicam na formação, seja inicial ou continuada, dos professores. Isso nos leva a crer que as escolas de periferias nos formam enquanto professores, a visão que profissionais têm sobre a urgência de tratarem questões sociais emergem dos espaços periféricos. De acordo com Andreolla *et al* (1995, p. 35) coloca a existência de uma especificidade que distingue a escola de periferia de outras escolas é resultado da ação-reflexão de professores que tomam a sua prática como objeto de estudo. Na continuidade de sua fala, a professora Juliana coloca que:

“A gente deveria falar disso antes, a gente costuma comentar quando alunos chegam nos estágios obrigatórios, que se deparam com uma realidade que não esperava e precisam adequar seus planejamentos, mas deveria ser muito antes.” - Juliana Vargas

Isso reforça a ideia de que a realidade das escolas periféricas influencia no olhar e, conseqüentemente, na prática docente. Saímos da universidade com o diploma de licenciados (as), mas a formação enquanto professor se dá conforme a vivência em sala de aula. Além disso, o professor Leandro acrescenta que:

“Não adianta um professor entrar na aula e falar das condições de pobreza e economia, por exemplo. Tem que ter algo que faça com que os jovens se sintam pertencentes com a rede e protagonista, porque ficar falando só não muda a condição existencial dele.” - Leandro Pinheiro

Esse sentimento de pertencimento e protagonismo deve ser iniciado em sala de aula. De acordo com Cavalcanti (2013, p. 75-76):

[...] alguns saberes para a prática da docência: saber Geografia; saber ensinar; saber para quem vai ensinar; saber quem ensina Geografia; saber para que ensinar Geografia; saber como ensinar Geografia para sujeitos e contextos determinados. Entre esses saberes, destaca-se, neste texto: saber para quem vai ensinar. Ao distinguir esse tipo de saber como fundamental para a formação do professor, quero apontar a necessidade de que os professores conheçam quem são os alunos, suas motivações, sua história e contexto de vida, sua identidade individual e coletiva.

É necessário que se tenha um olhar para além do que está empírico na sala de aula, buscar compreender e enxergar as origens de muitas das situações presentes na escola desencadeiam soluções. Parece ser tarefa difícil, e realmente não é fácil, mas pode iniciar com o exercício de ouvir os alunos. Cavalcanti (2013) descreve os saberes necessários para ensinar Geografia e destaca que o *saber para quem vai ensinar* torna-se um dos principais. Para a prática em sala de aula se faz necessário conhecer os alunos, compreender seus interesses, angústias, dúvidas, curiosidades, entre outros. Isso representa um movimento pedagógico, conectar a realidade dos alunos com o que é visto em sala de aula, é **significar** para eles. E, possivelmente, na ciência geográfica dentro da escola é que conseguimos mapear as realidades dos alunos, visto que são estes os principais sujeitos que constituem a escola.

Como forma de responder o questionamento levantado por Lopes *et al* (2008, p. 70) “como estabelecermos uma parceria coerente com as necessidades dos sujeitos, individuais e coletivos, a quem dirigimos nossa ação profissional?”. Como forma de responder e refletir abarcando a discussão do fenômeno da fome dentro de sala de aula foram selecionadas algumas competências e habilidades a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que servem como suporte à discussão. A escolha foi pensada para os estudantes do Ensino Médio em virtude ser a etapa da Educação Básica que, normalmente, tem alunos com mais de 15 anos.

Quadro 8 – Competências das Ciências Humanas e Habilidades para trabalhar a problemática da fome em sala de aula.

Competência Específica 1
Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.
Habilidades
(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.
(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).
Competência Específica 4
Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.
Habilidades
(EM13CHS402) Analisar e comparar indicadores de emprego, trabalho e renda em diferentes espaços, escalas e tempos, associando-os a processos de estratificação e desigualdade socioeconômica.
(EM13CHS403) Caracterizar e analisar os impactos das transformações tecnológicas nas relações sociais e de trabalho próprias da contemporaneidade, promovendo ações voltadas à superação das desigualdades sociais, da opressão e da violação dos Direitos Humanos.
Competência Específica 5
Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.
Habilidades
(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.

Fonte: Organização do autor com base em informações da BNCC, 2024.

O quadro acima serve como guia aos professores como aporte teórico para que a fome seja tratada em sala de aula. Em vista disso, foram pensados em três funções necessárias para abordar o assunto com os jovens, como *Apresentar*, *Contextualizar* e *Espacializar*. São ações necessárias para que se tenha compreensão da dimensão que a problemática da fome toma na sociedade.

Anterior a essas ações destacadas, se faz necessário que o docente pense na realidade dos alunos e, somente assim, passar apresentação de dados e informações de fontes confiáveis para que se tenha uma base de trabalho. De acordo com Callai (2012, p. 74):

O aluno precisa saber o que fazer com as informações e isso pode ser o ponto central da educação geográfica: ensinar para a vida, para saber e entender que o que acontece nos lugares em que ele vive é parte de um mundo globalizado, da mesma forma que as guerras, as lutas, os embates que acontecem mundo afora, mesmo que sejam distantes.

Sendo assim, podemos pontuar a importância da segunda ação, a contextualização dos conteúdos é necessário para prática docente e para vida dos alunos, compreender dados e informações na sua realidade e como se relacionam proporciona aos estudantes o aprimoramento de seus olhares sobre o mundo de forma crítica. A Educação Geográfica possibilita o “debate a respeito das questões do mundo da vida” (Callai, 2012, p. 75) e é nesta educação em que acredita-se que as situações do cotidiano, assim como a fome, são necessários a serem discutidos em sala de aula, além disso, representa um movimento pedagógico de aproximação aluno-professor e aluno-conteúdo.

Dessa forma, por meio da Geografia, temos uma forte base de como fazer a contextualização do fenômeno da fome para a realidade dos jovens.

Buscar a espacialização das áreas onde a fome se faz presente e quais são os sujeitos inseridos neste contexto permite que os alunos em conjunto ao professor em sala de aula debatam sobre as causas e consequências e, além disso, que pensem formas de superar a fome em suas diferentes dimensões. Os próprios dados disponibilizados pela Rede PENSSAN¹⁸ servem como base e orientação para a discussão em sala de aula sobre a espacialização do fenômeno da fome.

A partir da escola e da Geografia (devido ao fato desse trabalho ser produzido nessa ciência) se busca a criação de espaços de diálogo e mobilização para o combate à fome. E esse movimento se concretiza a partir do pensamento crítico do professor sobre sua prática para que busque significação do assunto a seus alunos.

¹⁸ O site *Olhe para a Fome* (link: <https://olheparaafome.com.br/>) disponibiliza informações sintetizadas a partir dos Inquéritos sobre a insegurança alimentar e nutricional.

5. CONCLUSÕES PARA PROSSEGUIR

Neste trabalho se propôs a analisar quem são os jovens brasileiros e suas vivências enquanto inseridos em insegurança alimentar. A temática surge da inquietação do autor em relação às observações e da vivência enquanto estagiário em escola pública da periferia de Porto Alegre. Das observações iniciais da realidade da escola na qual estava inserida, percebe-se que a questão da fome não estava presente somente ali, mas em tantas outras escolas espalhadas pelo país. Observa-se que a questão da insegurança alimentar é uma pauta social, política e econômica que aflora nos mais diversos espaços, entre eles, a escola.

A agenda nacional de Segurança Alimentar e Nutricional passou por diversas mudanças nos últimos anos, em momentos como pauta principal e em outros como dispensável a certos governos. Percebemos que a partir do primeiro mandato (a partir de 2003) do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a erradicação da fome fazia parte central de seu governo, as medidas e ações de sua gestão levaram o país para fora do Mapa da Fome no ano de 2014, já na gestão da Ex-Presidenta Dilma Rousseff. Contudo, com o golpe jurídico de 2016 à Dilma Rousseff que a destituiu do cargo e, assim, a posse de Michel Temer, temos mobilizações que acarretaram no desmonte de programas e ações no que tange o combate à fome. O agravamento do cenário de insegurança alimentar se dá por meio da posse do Ex-presidente Jair Bolsonaro e com a pandemia pelo novo Coronavírus. E neste período o Brasil volta para o Mapa da Fome, no qual milhões de brasileiros vivem com a incerteza do que terem para comerem. Sendo assim, para além dos prejuízos fisiológicos ao organismo, quais são os impactos sociais, neste caso, para os jovens?

Para encontrar respostas a tal interrogativa, a discussão teórica foi dividida em três eixos: Juventudes, Geografia da Fome e Educação Geográfica. A discussão sobre Juventudes tem como base autores como Gamalho (2023); Abramo (1997); Cavalcanti (2023); Scherer (2018) e; Feixa (2004). Se tem o entendimento que existe uma pluralidade referente à juventude, dessa forma, uso adequado do termo dentro do campo de pesquisa é JuventudeS. A partir de Abramo (1997) que cunha os conceitos de Condição Juvenil e Situação Juvenil conseguimos compreender a diversidade do que é “ser jovem”. A condição Juvenil refere-se justamente neste momento na vida dos jovens, a juventude, mas devido aos diversos fatores que existem que condicionam os jovens viverem de diferentes formas essa condição,

dessa forma, temos a Situação Juvenil. Neste eixo ganhou foco a discussão da situação juvenil de jovens periféricos, considerando que são estes sujeitos suscetíveis a maior vulnerabilidade social e alimentar. Além disso, tem a discussão em torno das culturas juvenis que se refere às expressões coletivas que caracterizam os diferentes grupos de jovens.

Para a discussão em relação a Geografia da Fome teve como aporte teórico autores como Castro (2002); Nascimento (2022) e; Campos (2010). A fome deve ser compreendida como um fenômeno avassalador que atinge todos os continentes e que tem dimensões política, social e econômica. A insegurança alimentar impede e prejudica os estudantes nas suas funções escolares, acima de tudo, colocando-os em risco de vida. E para, além disso, acarreta no desenvolvimento de outras fomes, não física, mas social.

Em relação ao eixo de Educação Geográfica a discussão teve como base Rego e Costella (2019); Cavalcanti (2013) e; Moreira, Santos Gandin (2019). As escolas de periferias sofrem com o processo de desescolarização devido ao excessivo número de funções que as escolas desenvolvem, além disso, é no espaço escolar que direcionam muitas questões sociais presentes nas periferias. Portanto, em certa medida, a Educação Geográfica possibilita que os alunos realizem a leitura do mundo e se situem como parte integrante e importante da sociedade.

E para fazer a investigação da realidade dos jovens em situação de insegurança alimentar optou-se por uma pesquisa qualitativa de caráter básica e exploratória. Básica visto que busca discutir sobre um assunto, mas sem aplicação e contato direto com os sujeitos pesquisados. E exploratório para investigar e discutir sobre conceitos em torno do tema. Foram adotados diferentes procedimentos metodológicos, como levantamento teórico, análise documental e entrevista com especialistas da área acadêmica.

Para análise de dados foi selecionado como método de análise de conteúdo (Bardin, 1997) e criado categorias a priori e a posteriori. Entre três categorias iniciais são abrangentes e buscou por meio dela a caracterização de quem são os jovens e suas vivências em situação de insegurança alimentar, o levantamento de dados em relação a insegurança alimentar no país e dentro do campo de pesquisa e criação de caminhos pedagógicos para tratar da problemática da fome. E com o decorrer da pesquisa observou-se a necessidade de criar novas categorias de análise para

discorrer sobre questões como Jovens de Periferia, Trabalho Informal, Jovens em Situação de Rua, Estigmas, Estratégias e Táticas e Representativa.

Conseguimos a partir da extração e da análise de dados observar o contingente de brasileiros em situação de insegurança alimentar, em 2022, cerca de 54% da população brasileira encontrava-se em algum grau de insegurança alimentar. O que nos leva a crer que os jovens estão presentes nessa porcentagem, visto que, representam 22,31% da totalidade dos brasileiros, além disso, são as jovens mulheres, pretos, de regiões do norte e nordeste e de baixa renda os mais suscetíveis à estarem vivenciando a insegurança alimentar.

Ao analisar as entrevistas foi possível traçar horizontes na compreensão de quem são os jovens e das suas vivências em situação de insegurança alimentar. Descobrimos que são os jovens periféricos os mais suscetíveis à insegurança alimentar e social e existem características específicas para situação juvenil destes, por exemplo, estes jovens entram no mercado de trabalho informal para distanciar-se da fome. No entanto, isso não configura que não estejam em insegurança alimentar, visto que as condições nutricionais não são aconselhadas. Além disso, é neste movimento de inserção ao trabalho que se tem, em alguns casos, a evasão escolar devido a necessidade de complementação da renda familiar. Também surge a questão dos estigmas na influência no modo de vida desses sujeitos e no sentimento (ou não) de pertencimento juvenil, visto que lhe faltam representatividade.

Como tentativa de solucionar os problemas desencadeados pela fome são traçados caminhos pedagógicos. Sendo assim, evidencia que existe uma ação de formação dos professores a partir dos espaços que circulam, percebemos que a prática docente deve condizer com a realidade dos alunos para que se tenha significação para aqueles que fazem a escola, os estudantes. Ademais, conseguimos compreender que a Educação Geográfica, ou melhor, das aulas de Geografia temos a possibilidade de lançar um olhar crítico sobre a problemática da fome que, a partir da análise espacial, compreender quem são os sujeitos suscetíveis a vulnerabilidade social e alimentar, porque são em áreas específicas em que a fome atinge em maior grau e quais são as razões que levam ao surgimento da fome.

Para além dos resultados apresentados até o momento, teve aprendizagem pessoal e profissional. Inspirado na fala de Gamalho (2023, p. 41) que situar meu corpo, minhas subjetividades e minha história de vida na construção do conhecimento,

uma vez que tudo isso me constitui e direcionar meu olhar para o mundo e os problemas que buscou solucionar a partir dos recursos acadêmicos/científicos. Portanto, me permito colocar em primeira pessoa neste momento, visto que situar minha história enquanto jovem, negro, homossexual, de periferia rural, estudante, cotista, trabalhador e pesquisador é situar a posição que assumo diante deste trabalho e sua relevância não somente pessoal, mas acadêmica. Ao iniciar os estudos dentro do campo de juventudes percebo que não tinha esse sentimento de pertencimento juvenil, mas que compreendi que “ser jovem” é plural.

A construção identitária decorre de diversos fatores, como muitos outros jovens, me colocaram sempre numa posição abaixo dos demais e que, provavelmente, não mudaria. E com o tempo fui tomando essas “características”/estigmas, ditas pelos outros, como parte de mim. Mas, felizmente, tive pessoas que me auxiliaram na desconstrução desse imaginário e isso se deve em parte a minha família e outra aos meus professores. Recordo de sempre ter professores me incentivando a prosseguir, desde a Educação Básica até na universidade, a minha visão apesar de ser jovem, era ditada pelo adultocentrismo. Trabalhar, estudar e lidar com outras questões fazia com que eu tivesse uma visão sobre mim como adulto ao invés de jovem, e isso fazia parte da visão de outros colegas que tinham rotinas parecidas, portanto, compreendo que o aprofundamento nas discussões em torno de juventudeS fez com que eu tivesse a compressão que sou jovem e existem muitos outros que, possivelmente, não se enxerguem e não tenham esse sentimento. Além de tudo, reforço aqui, a importância da educação na promoção do protagonismo juvenil, sem esses professores, certamente, não estaria ocupando este espaço, os quais na minha visão e de outros, faziam-se distante.

Contudo, existiram algumas barreiras e dificuldades no percorrer da construção deste trabalho. De início, teve alguns entraves em relação ao encontro de dados e documentos consistentes em relação à questão da insegurança alimentar e nutricional no país. Acredita-se que este fato esteja ligado ao desmonte observado nos últimos anos em relação à agenda de Segurança Alimentar e Nutricional, além disso, dos dados encontrados, não existem dados específicos que correspondem aos jovens (de 15 até 29 anos), sendo assim, foi necessário em diversos momentos situar a presença juvenil dentro das informações extraídas. Outro acontecimento marcante está

relacionado a falta de trabalho dentro da ótica das juventudes que abordam como temática a problemática da fome.

E, a partir dessa pesquisa, surgiram algumas inspirações para novas temáticas. No decorrer das entrevistas revelaram-se algumas ideias em relação ao estudo do cotidiano de jovens de periferias, entre as ideias, ganha destaque a questão da coletividade solidariedade que se têm mais força nesses espaços, dos movimentos sociais e políticos que possuem grande participação juvenil e estudos na observação da capacidade de agência de jovens periféricos.

Não somente, a pauta de segurança alimentar apresentou-se com potencial para futuras pesquisas, o presente trabalho evidenciou que não se tem trabalhos que pensem na questão social quando relacionado a jovens e alimentação. Dessa forma, fica como aspiração a realização de investigações de ações que envolvam jovens e alimentação, como exemplo, realizar uma cartografia social da participação de jovens periféricos em movimentos sociais, além disso, uma possibilidade de ter contato direto e desenvolver com os jovens futuros trabalhos.

Por fim, recorde-me da entrevista concedida por Paulo Freire¹⁹, que quando questionado sobre “o que vem primeiro, comida ou educação?”, responde que “Na medida em que você engaja numa luta , ou engaja outros numa luta como essa, em grandes aspectos, você também está fazendo educação. [...] com fome é difícil a gente estudar. [...] Mas de modo algum separar a luta para comer da educação, uma coisa puxa a outra”. Dessa maneira, ensejo que este trabalho perpetue nos mais diferentes espaços e que contribui para mudança do olhar sobre o que é “ser jovem”.

¹⁹ Entrevista concedida por Paulo Freire ao programa Escola Viva da TV Cultura, em 1993. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bwvHZJLfYE&t=0s>>. Acesso em: 08/01/2024.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. (Org.). Condição juvenil no Brasil contemporâneo. *In*: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. (Orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 37-72.

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: ANPEd, n. 5, maio-agosto; n. 6, setembro-dezembro, p.25-36, 1997. Disponível em:

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1413-24781997000200004&script=sci_abstract. Acesso em 07 jul. 2023.

ALVES, Maria Carolina Pereira. **Implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: A Experiência no Ministério do Desenvolvimento Social à Fome**. Orientadora: Profa. Lucelia Luiz Pereira. Unb, 2013, Monografia (Curso de Serviço Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em:

https://bdm.unb.br/bitstream/10483/6124/1/2013_MariaCarolinaPereiraAlves.pdf.

Acesso em: 18 de nov. de 2023.

AMARAL, Márcio de Freitas do. **Culturas juvenis e Experiência Social: Modos de Ser Jovens na Periferia**. Orientadora: Profa. Dra. Maria Stephanou. UFRGS, 2011. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação).

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/28825>. Acesso em: 10 de jan. 2024.

AMORIM, Ana Laura Benevenuto de; JUNIOR, José Raimundo Souza Ribeiro; BANDONI, Daniel Henrique. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 1134-1145, ago. 2020.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rap/a/3M5qJhkvYCFvmJKZqZyCYQ/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 14 de nov. de 2023.

ANDREOLLA, Neusa; MARCO, Rosane de. A escola de periferia no olhar do professor-pesquisador. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 2, n. 1, p. 31-62, dez 1995. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/14485>.

Acesso em: 05 de jan. de 2024

ATLAS DAS JUVENTUDES. Quem são as juventudes do Brasil? *In*: **Atlas das Juventudes**: Evidências para a transformação das juventudes, 2021. Disponível em:

<https://atlasdasjuventudes.com.br/jovens-populacao-e-percepcoes/quem-sao-as-juventudes-do-brasil/>. Acesso em: 05 dez. 2023.

BANDONI, Daniel Henrique; JUNIOR, José Raimundo Souza Ribeiro; AMORIM, Ana Laura Benevenuto de. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 1134-1145, ago. 2020.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rap/a/3M5gJhkvYCFvmJKZqZyCYQ/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 15 de dez. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, ed. 70, 1977. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684991/mod_resource/content/1/BARDIN

[L. 1977. Analise de conteudo. Lisboa edicoes 70 225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684991/mod_resource/content/1/BARDIN_L.1977.Analise.de.conteudo.Lisboa.edicoes.70.225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf). Acesso em: 18 de set. 2023.

BORZZATTO, Anderson Dallavale. **Preparação dos Estudantes para Provas Externas: Realidades Distintas**. Orientadora: Profa. Dra. Roselane Zordan Costella. UFRGS, 2021, Monografia (Curso de Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/233085>. Acesso em: 18 de nov. 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular/Etapa do Ensino Médio. Brasília, DF. 2018. Disponível em

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#medio>. Acesso em: 09 de jan. 2024.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil.

Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível

em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 de set. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 12.852**, de 05 de agosto de 2013. Dos Direitos e Das Políticas

Públicas De Juventude. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2013. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso

em: 08 de ago. 2023.

BRASIL, **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e**

Combate à Fome. Conheça o PNAE. Brasília, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 12 dez. 2019. Disponível em

<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/paa/paa-ci/pnae>. Acesso em: 21 jul. 2023.

BRASIL, **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e**

Combate à Fome. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Brasília, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 02 jul. 2003.

Disponível em <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/paa>. Acesso em: 16 set. 2023.

BRASIL, **Secretaria de Comunicação Social**. MAPA DA FOME: Fome no Brasil piorou nos últimos três anos, mostra relatório da FAO. Brasília, Secretaria de Comunicação Social, 12 jul 2023. Disponível em <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/07/fome-no-brasil-piorou-nos-ultimos-tres-anos-mostra-relatorio-da-fao#:~:text=O%20cen%C3%A1rio%20traz%20preocupa%C3%A7%C3%A3o%2C%20pois,ainda%20mais%20no%20relat%C3%B3rio%20atual>. Acesso em: 16 set. 2023.

BRASIL, Conselho Nacional de Saúde. **Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016**. Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 15 de set. 2023.

CALLAI, Helena Copetti. Educação Geográfica: Ensinar e Aprender Geografia. *In*: MUNHOZ, Gislaíne; CASTELLAR, Sônia Vanzella (Orgs.). **Conhecimentos Escolares e Caminhos Metodológicos**. São Paulo: Editora Xâma, 2012, p. 73-87. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5703409/mod_resource/content/0/Texto%205b_%20Conhecimentos%20escolaresfinal.pdf#page=73. Acesso em: 14 de jan. 2024.

CAMPELLO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula (orgs.). **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro**. São Paulo: Elefante, 2022.

CAMPOS, Regiane Assunção. **A fome do estudante noturno**: um estudo de caso em uma escola pública em Salvador, Bahia. Orientadora: Profª. Drª. Maria do Carmo Soares de Freitas. UFBA, 2010. Dissertação (Mestrado em Alimentos, Nutrição e Saúde). Escola de Nutrição - Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/11508>. Acesso em: 12 de nov. 2023.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Jovens Escolares e a Cidade: Concepções e Práticas Espaciais Urbanas e Cotidianas. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. Especial, n. 5, p; 74-86, 2013. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/2171>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Juventudes, Ensino de Geografia e Formação/Atuação Cidadã. *In*: OLIVEIRA, Vitor Hugo Nedel (Org.). **Geografias das Juventudes**. Porto Alegre: GEPJUVE, 2023. p. 155-179.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome: o dilema do brasileiro: pão ou aço**. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTRO, Josué de. **Fome: um tema proibido - últimos escritos de Josué de Castro** / Anna Maria Castro (org.). - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome: o dilema do brasileiro: pão ou aço** / Josué de Castro. - Rio de Janeiro: Antares: Achiamé, 1980.

CARRANÇA, Thais. “Minha aluna desmaiou de fome”: professores denunciam crise urgente nas escolas brasileiras. **BBC News Brasil**. São Paulo, 17 nov. 2021. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59215351>. Acesso em: 15 ago. 2023.

CORROCHANO, Maria Carla; DOWBOR, Monika; JARDIM, Fabiana, A. A. Juventudes e participação política no Brasil do século XXI: quais horizontes? **Laplage em Revista**, Sorocaba, v. 4, n. 1, p. 50-66, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003047777>. Acesso em: 05 de jan. 2024.

DUARTE, Rosália, Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p 213-225, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/QPr8CLhy4XhdJsChj7YW7jh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 de set. 2023.

DURAN, Marília Claret Geraes. Maneiras de pensar o cotidiano com Michel De Certeau. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 115-128, set./dez. 2007. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v07n22/v07n22a08.pdf>. Acesso em: 28 de dez. 2023.

FAVERO, Lucia Fioravanço Pinto. **Programa Bolsa Família e Segurança Alimentar e Nutricional: Contribuição do Programa aos Agricultores Familiares Beneficiados no Município de Camargo-RS**. Orientador: Prof. Irio Luiz Conti. UFRGS, 2011, Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/62006>. Acesso em: 18 de nov. 2023.

FIOCRUZ, **Covid-19 | Perguntas e respostas**: Por que a doença causada pelo novo coronavírus recebeu o nome de Covid-19? Rio de Janeiro, 07 jun. 2021. Disponível em <https://portal.fiocruz.br/pergunta/por-que-doenca-causada-pelo-novo-coronavirus-recebeu-o-nome-de-covid-19>. Acesso em: 19 out. 2023.

FONSECA, Ricardo Lopes. **O Estado da Arte das Pesquisas em Ensino de Geografia Publicadas em Periódicos Nacionais: perspectivas e tendências**. Caderno de Geografia, Londrina, v. 29, n. 59, p. 1201-1232, out./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/20922>. Acesso em: 12 de set. 2023.

GAMALHO, Nola Patrícia. Juventudes e as Periferias. In: OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel (Org.). **Geografias das Juventudes**. Porto Alegre: GEPJUVE, 2023. p. 39-59.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 15 de set. 2023.

GODOY, Arilda Schmidt. PESQUISA QUALITATIVA - TIPOS FUNDAMENTAIS. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29, Mai./Jun. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?lang=pt>. Acesso em: 15 de set. 2023.

GONÇALVES, Paulina dos Santos; PINHEIRO, Leandro R. Antinomias de uma condição? Reflexões sobre juventude e situação de rua. *In*: ALMEIDA, Elmir de; PINHEIRO, Leandro R; GROppo, Luís Antonio; IRIART, Mirela Figueiredo Santos. (Orgs.). **Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos: uma antologia do GT03 da ANPEDd**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. p. 337-355. Disponível em: https://anped.org.br/sites/default/files/images/almeida_et_al_movimentos_sociais_sujeitos_e_processos_educativos_1.pdf. Acesso em: 05 de jan. 2024.

GOULART, Julia Ferreira. **Da Possibilidade de Manutenção do Auxílio Emergencial à Viabilidade de Implementação de uma Renda Básica no Brasil**. Orientador: Profa. Dra.Sonilde Kugel Lazzarin. UFRGS, 2021, Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Direito). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/237651>. Acesso em: 18 de nov. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**, Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 02 de dez. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**, Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html>. Acesso em: 15 de out. 2023.

JIMÉNEZ, C. Bolsonaro: “Falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira, é um discurso populista”. **EL PAÍS**. Espanha, 19 jul. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/19/politica/1563547685_513257.html. Acesso em: 22 jul. 2023.

JORGE, Luana Carminatti. **O Trabalho do/a Assistente Social Junto à População em Situação de Rua: Limites e possibilidades da proteção social**. Orientador: Prof. Dr. Tiago Martinelli. UFRGS, 2022, Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Serviço Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/252851>. Acesso em: 18 de nov. 2023.

JOSEFA, Jurema. **Cozinha Solidária reaberta na Azenha**. Câmara Municipal de Porto Alegre. Porto Alegre, 17 de jun. 2022. Disponível em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/cozinha-solidaria-reaberta-na-azinha>. Acesso em: 06 de jan. 2024.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. **Pesquisa Documental**: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. *Investigação Qualitativa em Educação*, Porto Alegre, v. 02, p. 243-247, 2015. Disponível em:

[280924900 Pesquisa Documental consideracoes sobre conceitos e caracteristicas na Pesquisa Qualitativa Documentary Research consideration of concepts and features on Qualitative Research](https://doi.org/10.21989/2015.02.243-247). Acesso em: 12 de set. 2023.

KROTH, Darlan Christiano; GEREMIA, Daniela Savi; MUSSIO, Bruna Roniza. Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma política saudável. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 10, p. 4065-4076, out. 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/7VCwpwHHvPb8KxQYdqBb35M/abstract/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 05 de jan. 2024.

LOPES, Roseli Esquerdo; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira; MALFITANO, Ana Paula Serrata; TAKEITI, Beatriz Akemi; SILVA, Carla Regina; BORBA, Patrícia Leme de Oliveira. Juventude Pobre, Violência e Cidadania. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 63-76, abr. 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/xDfVHWyfDB4cFsfSjNq46Np/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 de dez. 2023.

MAROLO, Paula. Jovens de periferia mentem o bairro onde moram para obter emprego, diz estudo. **BAND**. São Paulo, 16 jul. 2023. Disponível em:

<https://www.band.uol.com.br/noticias/jovens-de-periferia-mentem-o-bairro-onde-moram-para-obter-emprego-diz-estudo-16610162>. Acesso em: 14 dez. 2023.

MENDES, Rosana Maria; MISKULIN, Rosana Giaretta Sguerra. **A análise de conteúdo como uma metodologia**. *Cadernos de Pesquisa*, v. 47, n. 165, p. 1044-1066, jul./set. 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/ttbmyGkhjNF3Rn8XNQ5X3mC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 de set. 2023.

MOREIRA, Simone Costa; SANTOS, Graziella Souza dos; GANDIN, Luís Armando. Desescolarização do Ensino Fundamental nas periferias urbanas de Porto Alegre: entre o ensino e a gestão da pobreza. *In: 39º Reunião Nacional da ANPEd*, 2019, Rio de Janeiro, p. 1-7. Disponível em:

http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_18_9. Acesso em: 18 de jul. 2023.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. **Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções**. *Educação Por Escrito*, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 154–164, 2014. DOI: 10.15448/2179-8435.2014.2.18875. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/poescrito/article/view/18875>.

Acesso em: 10 jan. 2024.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SARTI, Flavia Medeiros. A leitura entre táticas e estratégias? Consumo cultural e práticas epistolares. **Revista História da Educação**, Pelotas, v. 14, n. 31, p. 195-217, mai./ago. 2010. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/pdf/3216/321627138008.pdf>. Acesso em: 03 de jan. 2024.

PICCOLOTTO, Leticia. Brasil produziu comida para 1,6 bilhão, mas 33 milhões passam fome. Como?. **BrazilLAB**. São Paulo, 08 ago. 2022. Disponível em: <https://brazillab.org.br/noticias/brasil-produziu-comida-para-1-6-bilhao-mas-33-milhoes-passam-fome-como#:~:text=Em%202021%2C%20o%20Brasil%20alcan%C3%A7ou,choca%3A%2033%2C1%20milh%C3%B5es>. Acesso em: 21 jul. 2023

PUGLIESI, Renan Cauê Miranda. O que falam do jovem não é sério: o adolescente e a desconstrução de sua imagem como problema social. *In*: KAZMIERCZAK, Luiz Fernando; MEDA, Ana Paulo. (Orgs.). **Direito e Cinema Penal e Arte**. Jacarezinho: UENP & PROJURIS, 2018, p. 278-299. Disponível em: <http://dircin.com.br/2018/artigos-aprovados>. Acesso em: 06 de jan. 2024.

RAMOS, Renata Fornelos d'Azevedo. **JUVENTUDE DA PERIFERIA do estigma ao modo de vida**. Curitiba: Appris, 2018.

REDE PENSSAN. **I VIGISAN**: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Brasília, 2021. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/pesquisa2020/>. Acesso em: 02 de jul. 2023.

REDE PENSSAN. **II VIGISAN**: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Brasília, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 02 de jul. 2023.

REGO, Nelson; COSTELLA, Roselane Zordan. Educação Geográfica e Ensino de Geografia, Distinções e Relações em Busca de Estranhamentos. **Signos Geográficos, Boletim NEPEG de Ensino de Geografia**, Goiás, v. 1, p. 1-15, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/signos/article/view/59454>. Acesso em: 10 de ago. 2023.

ROSA, Alexandre Silveira. **Limites e Possibilidades do Sistema de Proteção Brasileiro Vigente**. Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Motta Costa. UFRGS, 2017, Monografia (Curso de Direito). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/166238>. Acesso em: 18 de nov. 2023.

SAGAE, Caio Henrique da Silva Barbosa. **A influência de Jogos de Computador nos Comportamentos, Hábitos e Escolhas Alimentares em Adolescentes e Jovens Adultos: Uma Revisão Sistemática**. Orientadora: Dra. Neha Khandpur. USP, 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Nutrição). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/0015c4f0-b02d-4091-91f9-9326e1ced5d9/Caio%20Sagae.pdf>. Acesso em: 18 de nov. 2023.

SCHERER, Giovane Antonio (Org.) **Junenício, Território e Políticas Públicas: Rastros de Sangue na Cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: CirKula, 2022. Disponível em: <https://livrariacirkula.com.br/produto/9786589312697>. Acesso em: 18 de jul. 2023.

SILVA, Gabrielle Bezerra da. **A “REFORMA” DO ENSINO MÉDIO PELA PERSPECTIVA DE JOVENS ESCOLARIZADOS: ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA ESTADUAL EM PORTO ALEGRE/RS.** Orientador: Profº. Drº. Victor Hugo Nedel Oliveira. UFRGS, 2023. Monografia (Curso de Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/264376>. Acesso em: 10 de jan. 2024.

SILVA, Paulo Marcio Varela da. **O conceito de Racismo Estrutural:** Aplicação no campo do Direito. Orientador: Profº. Drº. Orione Dantas de Medeiros. UFRN, 2022. Monografia (Curso de Direito). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/50275>. Acesso em: 05 de jan. 2023.

SILVA, Deliane Rodrigues. **A Merenda Escolar como Política Pública de Combate a Fome e a Insegurança Alimentar na Região Administrativa de Samambaia.** Orientador: Prof. Dr. Newton Narciso Gomes Junior. Unb, 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Serviço Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/17338/1/2016_DelianeRodriguesDasSilva_tcc.pdf. Acesso em: 18 de nov. 2023.

SPROESSER, Giovanna Bifulco Sproesser; KUDO, Isabelle Yukari. **Acesso a uma Alimentação Adequada e Saudável pela População em Contexto de Vulnerabilidade Social no Município de São Paulo.** Orientadora: Profa. Dra. Gabriela Marques Di Giulio. USP, 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Nutrição). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://bdta.abcd.usp.br/item/003019450>. Acesso em: 18 de nov. 2023.

TOMMASI, Livia de; CORROCHANO, Maria Carla. Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 353-371, ago./set. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/7qJR8dVYp3WdpCy8hPnNMdF/> Acesso em: 20 de dez. 2023.

VASQUES, Daniel Giordani; OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel; LACERDA, Miriam Pires Corrêa. Táticas e estratégias para a educação durante a pandemia: um estudo sobre o Colégio de Aplicação da UFRGS. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 8, n 62, p. 186-198. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/4330>. Acesso em: 08 de jan. 2024.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA ESTRUTURADA

Caracterização
Nome: Instituição vinculado (a): Quanto tempo (aproximadamente) trabalhando com Juventudes:

1. A partir de sua trajetória, qual perfil seria o de jovens em situação de maior vulnerabilidade social? Estariam eles/as em insegurança alimentar?
2. A fome (insegurança alimentar) interfere no modo de socialização das juventudes? E como este tema se insere dentro do campo de pesquisa? Você percebe a produção científica sobre isso?
3. Em quais espaços você observa o desafio da insegurança alimentar na realidade dos jovens?
4. Como a eventual ação política de jovens frente à insuficiência ou precariedade das instituições interfere em seus cotidianos?
5. Quais são os interesses, lazeres, gostos de jovens em situação de insegurança alimentar? É possível afirmar que esses sujeitos possuem esses acessos?
6. Você acredita que a insegurança alimentar interfere na construção identitária de jovens inseridos neste contexto?
7. Quais caminhos você considera como necessários para superar a insegurança alimentar? E como trabalhar com jovens que estão inseridos neste contexto?

ANEXO A - TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezada(o) especialista na área de Juventudes,

Eu, José Inácio da Silva Júnior, junto com meu orientador, Prof. Dr. Victor Hugo Nedel Oliveira, responsáveis pelo Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) **GEOGRAFIAS DA FOME: UMA ANÁLISE QUALITATIVA DAS “FOMES” DAS JUVENTUDES BRASILEIRAS**, estamos lhe fazendo um convite para participar como voluntária (o) nesse estudo.

O objetivo principal desta pesquisa visa analisar quem são os jovens brasileiros e suas vivências enquanto inseridos em situação de insegurança alimentar. O estudo será desenvolvido em uma fase por meio de pesquisa qualitativa, cuja coleta e publicação de dados que irão conter os nomes dos entrevistados somente ocorrerá com as participantes que tenham assinado o Termo de Consentimento. Você será convidada(o) a responder uma entrevista estruturada contendo questões sobre juventudes, insegurança alimentar e vivências destes jovens. A entrevista será gravada e terá aproximadamente 1h de duração. A sua participação neste estudo é voluntária (o), podendo desistir a qualquer momento.

Caso você tenha qualquer dúvida quanto aos direitos de participante desta pesquisa, entre em contato com a Comissão de Pesquisa do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEP-UFRGS), pelo email: compesq-igeo@ufrgs.br. A Comissão de Pesquisa é um órgão auxiliar da Unidade Acadêmica. Sua responsabilidade também é garantir a proteção dos direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes por meio da revisão e da aprovação do estudo, entre outras ações.

Este Termo de Consentimento assinado será recolhido pelo pesquisador. Ao assinar esse termo, você concorda com a divulgação de seu nome nos resultados da pesquisa. O pesquisador encontrar-se-á isento de uma devolutiva inicial da entrevista, que será publicada unicamente em excertos ao longo do texto do TCC.

Ao participar da pesquisa, você contribuirá para a produção de conhecimento sobre o ensino de Geografia e para a possibilidade de construção de novas práticas pedagógicas, da Escola e dos professores, junto aos alunos.

O desconforto que você poderá sentir é o de compartilhar informações pessoais ou confidenciais, ou em alguns tópicos que ele possa se sentir incômodo em falar. O pesquisador deixará claro que não precisará responder a qualquer pergunta ou parte de informações obtidas, se sentir que ela é muito pessoal ou sentir desconforto em falar.

Ao assinar este termo de consentimento, você não renuncia a nenhum direito legal que teria de outra forma. Não assine este termo de consentimento a menos que tenha tido a oportunidade de fazer perguntas e tenha recebido respostas satisfatórias para todas as suas dúvidas. Se você concordar em participar deste estudo, você rubricará todas as páginas e assinará e datará duas vias originais deste termo de consentimento. Você receberá uma das vias para seus registros e a outra será arquivada pelo responsável pelo estudo.

Eu, _____, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informado, ficando claro para mim que a minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Declaro, ainda, que fui informada(o) dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos a que serei submetida, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto, expresso minha concordância de espontânea vontade em participar deste estudo.

Assinatura da participante _____ Contatos: ()
_____()

E-mail: _____

Data: __/__/__